

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – 34ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
 - 2.2 – Comissões
- 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 4 – MANIFESTAÇÕES**
- 5 – REQUERIMENTOS APROVADOS**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATAS**



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.756

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Riacho Grosso, com sede no Município de Uruçuia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Riacho Grosso, com sede no Município de Uruçuia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 6 de maio de 2021.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.757

Declara de utilidade pública o Instituto de Apoio e Orientação a Pessoas em Situação de Rua – Inaper –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Apoio e Orientação a Pessoas em Situação de Rua – Inaper –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 6 de maio de 2021.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.758

Declara de utilidade pública a Associação Amigos de Francisco, com sede no Município de Araguari.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Amigos de Francisco, com sede no Município de Araguari.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 6 de maio de 2021.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/5/2021

Presidência dos Deputados Doutor Jean Freire e Charles Santos

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.604, 2.649, 2.652, 2.653 e 2.656/2021 – Requerimentos nºs 7.507, 7.531, 7.799, 7.812, 7.825 a 7.853, 7.855 a 7.864, 7.866 a 7.869 e 7.871/2021 – Comunicações: Comunicações das Comissões dos Direitos da Mulher e de Segurança Pública – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Sargento Rodrigues, Arlen Santiago, Doutor Jean Freire e Cleitinho Azevedo – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Votação de Requerimentos: Requerimento nº 549/2019; aprovação – Requerimento nº 550/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimentos nºs 551, 553 e 555/2019; aprovação – Requerimento nº 927/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimento nº 2.421/2019; aprovação – Requerimento nº 2.467/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimentos nºs 3.814 e 3.874/2019; aprovação – Requerimento nº 4.979/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimento nº 7.268/2021; aprovação – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Doutor Jean Freire – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arnaldo Silva – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton

– Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Às 14h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Charles Santos, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.604/2021

Regulamenta o § 2º do art. 91 da Constituição do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – É permitido a todo cidadão denunciar o Governador perante a Assembleia Legislativa por crime de responsabilidade.

Art. 2º – São crimes de responsabilidade os atos do Governador do Estado que atentem contra a Constituição da República, a Constituição do Estado e, especialmente, contra:

I – a existência da União;

II – o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público, da União e do Estado;

III – o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV – a segurança interna do País e do Estado;

V – a probidade na administração;

VI – a lei orçamentária;

VII – o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Art. 3º – São crimes de responsabilidade os que esta lei específica, sem prejuízo dos demais definidos em lei federal especial:

I – tentar dissolver a Assembleia Legislativa, impedir a reunião ou tentar impedir por qualquer modo o funcionamento de qualquer de suas Comissões;

II – violar as imunidades asseguradas aos membros da Assembleia Legislativa e das Câmaras Municipais;

III – servir-se das autoridades sob sua subordinação imediata para praticar abuso do poder, ou tolerar que essas autoridades o pratiquem sem repressão sua;

IV – violar patentemente qualquer direito ou garantia individual constante do art. 141 e bem assim os direitos sociais assegurados no art. 157 da Constituição da República;

V – expedir ordens ou fazer requisição de forma contrária às disposições expressas da Constituição da República;

VI – proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo;

VII – infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária.

Art. 4º – O rito relativo à tramitação processual, na Assembleia Legislativa do Estado, de denúncia contra o governador por crime de responsabilidade obedecerá ao disposto na Constituição do Estado, em Lei Federal especial, no Regimento Interno da Assembleia Legislativa e, nos casos omissos, no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, na forma prevista em decisão da Mesa da Assembleia Legislativa.

Art. 5º – Considerar-se-á admitida a denúncia pela Assembleia Legislativa se aprovado o parecer pela procedência da denúncia ou se rejeitado o parecer pela improcedência da denúncia, observado, em ambos os casos, o quórum de 2/3 (dois terços) dos membros da Assembleia Legislativa, conforme o disposto no art. 62, XIII, da Constituição do Estado.

Art. 6º – Admitida a denúncia, será oficiada ao governador do Estado a suspensão de suas funções, nos termos do art. 92, § 1º, II, da Constituição do Estado.

Art. 7º – Serão encaminhados ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado, em caso de admissão da denúncia, os autos do processo e ofício solicitando que sejam tomadas as providências cabíveis.

Art. 8º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de abril de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

Justificação: A presente proposição visa suprimir lacuna legislativa tão evidenciada atualmente pela pandemia do Coronavírus, que trouxe instabilidade a chefes do Executivo, confrontados com a ameaça do impeachment.

Assim, diante da importância do exposto, conto com o apoio dos pares na aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.649/2021

Dispõe sobre a proibição da publicidade, através de qualquer veículo de comunicação e mídia de material que contenha alusão a preferências sexuais e movimentos sobre diversidade sexual, relacionados a crianças no Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – É vedado em todo o território do Estado de Minas Gerais, a publicidade, por intermédio de qualquer veículo de comunicação e mídia que contenha alusão a preferências sexuais e movimentos sobre diversidade sexual relacionado a crianças.

Art. 2º – As infrações ao disposto no artigo anterior serão, a princípio, multa e fechamento do estabelecimento que atuar na divulgação até a devida adequação ao que dispõe esta lei.

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de abril de 2021.

Bruno Engler (PRTB).

Justificação: A Constituição da República, no art. 24, inciso VII, determina a competência concorrente da União, dos Estados e Municípios para Legislar sobre a responsabilidade por dano ao consumidor.

O objetivo do presente projeto de lei é proibir a publicidade, através de qualquer veículo de comunicação e de mídia de material, que contenha alusão a preferências sexuais e movimentos sobre diversidade sexual, relacionados a crianças no Estado de Minas Gerais.

Considerando que o uso indiscriminado deste tipo de divulgação acarretaria real desconforto emocional a inúmeras famílias, além de estabelecer prática não adequada a crianças, que sequer possuem, em razão da questão de aprimoramento da leitura (5 a 10 anos), capacidade de discernimento para tais questões, a vedação é totalmente plausível.

Há que se ressaltar ainda que em vários países a divulgação de qualquer material no sentido deste projeto de lei sofre sérias e adequadas restrições a fim de se impedir desconfortos sociais e atribulações às famílias. Isso evitará, tanto quanto possível, a inadequada influência na formação de crianças.

Portanto, a intenção é limitar a veiculação de publicidade que incentive o consumidor, no âmbito do Estado de Minas Gerais, a aderir a práticas danosas à formação das crianças. Mesmo havendo previsão de competência legislativa exclusiva da União quanto à propaganda comercial, isso não impede os Estados de legislar em respeito de assuntos específicos, como é o caso deste projeto de lei.

Por tais motivos, conto com a aprovação dos pares para a aprovação desta lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, Transporte, Trabalho e de Direitos Humanos para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.652/2021

Altera o art. 3º da Lei nº 22.224 de 19 de julho de 2016 que dispõe sobre a desafetação dos trechos de rodovia que especifica e autoriza o poder Executivo a doá-los ao município de Mirai, que passa a ter seguinte redação.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – “As áreas objeto da doação de que trata esta lei reverterão ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos, renovado automaticamente por igual período, contados da publicação deste lei, não lhes tiver sido destinação prevista no parágrafo único do art. 2º”.

Sala das Reuniões, 16 de março de 2021.

Carlos Henrique, 2º-secretário (Republicanos).

Justificação: A cidade de Mirai, teve em 2016 aprovada a doação de trecho da Rodovia MG-447 compreendido entre o Km 61,600 e Km 64,300, com extensão de 2,7 km (dois vírgula sete quilômetros), e o trecho da rodovia MG-265 compreendido entre o Km 30,000 e o Km 31,100, com extensão de 1,1 km (um vírgula um quilômetro). Porém, por falta de recursos próprios e enchentes, não pode concluir as obras necessárias para a correta destinação de tais trechos que são fundamentais para a estrutura urbana e viária do município.

Deste modo, tendo aprovado orçamento com dotação para a implementação de tais obras e para dar a correta destinação aos trechos desafetados, e sem prejuízo para o estado de Minas Gerais, pugna pela extensão do prazo de cinco para mais cinco anos, correspondente a duas legislaturas, para viabilizar os empreendimentos urbanos e dar correta destinação, que trará muitos benefícios ao desenvolvimento urbano da cidade, propiciando uma maior rede viária para escoamento dos produtos e manufaturas da cidade, propiciando uma maior rede viária para escoamento dos produtos e manufaturas da cidade. O que de certo implicará em um maior desenvolvimento regional, tão necessário ao próprio desenvolvimento do Estado e da Cidade de Mirai, bem como do entorno, sem que com a extensão do prazo se imponha ao Estado de Minas Gerais, quaisquer prejuízos ou perda de arrecadação e patrimônio.

Neste momento de crise econômica, e pandemia, é necessário que os novos prefeitos e as cidades busquem alternativas de desenvolvimento com vistas à melhoria da situação econômica, de empregabilidade, e renda, e estrutura viária urbana, para que possa o estado de crise e criar as condições estruturais para desenvolvimento da cidade. Esse desenvolvimento como no caso em tela passa não somente pela dinâmica econômica em si, mas também pela reestruturação e aproveitamento do suporte legal para as atividades, obras e infra-estruturas necessárias ao suporte de desenvolvimento da cidade de Mirai.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.653/2021

Institui o Dia Estadual do Atirador do Tiro de Guerra.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual do Atirador do Tiro de Guerra, a ser comemorado anualmente no dia 5 de setembro.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Coronel Henrique (PSL)

Justificação: Os Tiros de Guerra (TG) são Órgãos de Formação da Reserva, que possibilitam a prestação do Serviço Militar Inicial, em um determinado município sede. Os convocados, não incorporados em Organizações Militares da Ativa, atendem à instrução, conciliando o trabalho e o estudo. Os jovens, ao serem matriculados com base na Lei do Serviço Militar (LSM), recebem a denominação de “Atiradores”, designação emblemática e histórica, oriunda das primeiras sociedades de Tiro ao Alvo no Brasil, com finalidades militares e de formação da reserva para o Exército, embrionárias dos atuais TG.

Em 05 de setembro de 1906, Marechal Hermes da Fonseca, então como Ministro da Guerra (1906-1909), em apoio ao consagrado Coronel Honorário do Exército Antônio Carlos Lopes, criou a Confederação de Tiro Brasileira, através do Decreto de Lei nº 1503. A Confederação de Tiro Brasileira tinha como missão coordenar as sociedades de tiro ao alvo, espalhadas pelo território nacional. A sua trajetória ao longo desses 115 anos está marcada pela prestação de relevantes serviços ao Exército, às Forças Armadas e ao Brasil, dando oportunidade para milhões de brasileiros de exercerem a cidadania plena e cumprirem as obrigações militares.

Além de propiciar a prestação do serviço militar inicial, os TG constituem-se em pólos difusores do civismo, da cidadania e do patriotismo, contribuem para estimular a interiorização e evitar o êxodo rural e ainda colaboram em atividades complementares, mediante convênio com órgãos federais, estaduais e municipais, no funcionamento de ensino profissionalizante em suas dependências e na utilização das mesmas em práticas cívicas, esportivas e sociais, em benefício da comunidade local. Os Tiros de Guerra permitem, de forma criativa, inteligente e econômica, proporcionar a milhares de jovens brasileiros, principalmente os que residem em cidades do interior do país, a oportunidade de atenderem à Lei e de prestarem o Serviço Militar inicial, próximos de sua residência, e em horário compatível com o estudo e o trabalho.

O cidadão que prestou o serviço militar em Tiro de Guerra como resultado de sua dedicação ao serviço poderá ser agraciado com o diploma “Ao Mérito” por haver revelado, durante sua vida militar, modelar comportamento na instrução e no serviço, tornando-se um elemento muito desejável pelo mercado de trabalho, haja vista, o interesse das empresas por cidadãos responsáveis, com credibilidade moral que os credencia aos mais variados cargos nas organizações.

Mais que o caráter obrigatório, essa modalidade de Serviço Militar configura um direito do cidadão em dar sua contribuição, ainda que modesta, para a defesa da Pátria, conciliando sua vida cotidiana com sua rotina de trabalho, estudo e convívio familiar. Essa parceria, mais que vantajosa para os três entes (Exército, Poder Executivo Municipal e Cidadão), tem se mostrado, ao longo de décadas, um instrumento de educação e de civilidade para a juventude do país e tem como um de seus objetivos desenvolver, nos jovens participantes, que serão chamados de Atiradores, o sentimento de responsabilidade no desempenho de suas atividades.

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Justiça e de Segurança Pública para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.656/2021

Dispõe sobre o Programa de Piso Mínimo Regional Emergencial – Piso Covid – dos profissionais de enfermagem e de fisioterapia do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica autorizada a criação do Programa de Piso Mínimo Regional Emergencial – Piso Covid –, que tem por objetivos:

I – valorizar a atuação dos profissionais de enfermagem e fisioterapia no combate à pandemia do Covid-19;

II – reconhecer o exercício dessas duas profissões, na vigência do Estado de Calamidade Pública decretado em virtude da pandemia do Covid-19, como imprescindível e a necessidade de adoção de medidas de proteção social e laboral especiais e emergenciais;

III – atrair e incentivar os profissionais de enfermagem e fisioterapia para o trabalho no combate à pandemia do Covid-19 no Estado de Minas Gerais;

IV – garantir a melhoria da remuneração e das condições de trabalho para os profissionais de enfermagem e fisioterapia do Estado de Minas Gerais, diante dos elevados riscos sanitários, psicológicos e sociais enfrentados por tais profissionais no contexto de combate à pandemia do Covid-19.

Art. 2º – Fica autorizado o Executivo a estabelecer, durante a vigência do Estado de Calamidade Pública em Minas Gerais em virtude da pandemia do Covid-19:

I – piso salarial estadual emergencial dos profissionais de enfermagem que não o tenham definido em lei federal ou convenção ou acordo coletivo de trabalho, de:

- a) R\$6.617,15 para os enfermeiros;
- b) R\$4.288,85 para os técnicos de enfermagem;
- c) R\$3.859,96 para os auxiliares de enfermagem.

II – o piso salarial emergencial dos profissionais de fisioterapia que não o tenham definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho, é de R\$6617,15.

Art. 3º – As medidas previstas nesta Lei são temporárias e só se aplicam durante a vigência de Estado de Calamidade Pública em decorrência da Pandemia do Covid-19 no Estado de Minas Gerais.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Andréia de Jesus (Psol) – Celinho Sintrocel (PCdoB).

Justificação: As profissões das áreas de enfermagem e fisioterapia são essenciais ao combate à pandemia do Covid-19. Os trabalhadores e trabalhadoras dessas áreas são imprescindíveis para os cuidados, o tratamento e a recuperação dos pacientes. São, por isso, profissões consideradas essenciais nesse período.

Ambas envolvem alto risco de contaminação e periculosidade, sobrecarga de trabalho e recebem salários que estão muito aquém das dificuldades, precariedades e sacrifícios vividos por essas duas categorias, especialmente no período de combate à pandemia. Ambas as categorias têm, além disso, sido alvo de constante precarização com a utilização de contratos via pessoa jurídica individual, que não garantem direitos básicos como, por exemplo, o fornecimento gratuito de EPIs.

Jornadas de trabalho extensas, plantões, situações de dupla jornada para prover o próprio sustento e de suas famílias em condições enormemente estressantes e precárias atingem as duas categorias e podem, além do adoecimento físico, levar a quadros de doenças mentais.

É urgente e necessário reconhecer o valor desses profissionais, ainda que durante os períodos em que, por conta do agravamento da pandemia do Covid-19, estejamos vivendo em estado de calamidade pública. Isso porque, como se sabe, além de aumento da carga de trabalho, verifica-se escassez dos profissionais de saúde necessários para lidar com o grande número de pacientes e o adoecimento deles, causado pela sobrecarga e pela desvalorização dos profissionais, pode levar a uma sobrecarga ainda maior da área da saúde.

O número de óbitos dos profissionais de enfermagem, por exemplo, atingiu 23% do total de trabalhadores da saúde mortos por contaminação com o vírus em todo o mundo. A precariedade do trabalho e a má remuneração de tais profissionais não pode ser a regra no período em que deles mais precisamos. Ainda a título de exemplo, cita-se que o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – Crefito-MG – vem apresentando dados que comprovam a redução da média salarial da categoria durante da Pandemia.

Por tudo isso, o Programa Piso Covid estabelece um piso salarial regional emergencial para as categorias da enfermagem e da fisioterapia com o escopo de incentivar e valorizar o trabalho desses profissionais tão relevantes no contexto de combate à pandemia.

Contamos com a aprovação dos nobres pares.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 7.507/2021, do deputado Hely Tarquínio, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre a possibilidade de se indicarem recursos de emendas parlamentares para a aquisição de vacina pelos municípios ou consórcios de municípios, oportunidade em que requer também providências do Estado para que sejam disponibilizados recursos para que os municípios possam adquirir vacinas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.531/2021, do deputado Tadeu Martins Leite, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações consubstanciadas no contrato de concessão entre a companhia e o Município de Brasilândia de Minas, com explicações sobre o descumprimento contratual da construção do sistema de captação e da estação de tratamento de água nesse município, realizado pela Codevasf, e implicação desse descumprimento no equilíbrio-financeiro

do contrato, requerendo, como medida compensatória, a devolução ou redução da taxa de esgoto no município. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.799/2021, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja dada continuidade à tramitação do Projeto de Lei nº 535/2019, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sarzedo o imóvel que especifica, tendo em vista a manifestação favorável da Segov e da Seplag. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Nº 7.812/2021, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Concessionária Eco135 e à Secretária de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que seja revista a decisão que permitiu o reajuste tarifário dos pedágios existentes ao longo da BR-135, pois ainda vivenciamos a pandemia de covid-19, a qual motivou o adiamento do aumento anteriormente pretendido.

Nº 7.825/2021, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça do Ministério Público de Minas Gerais pedido de informações sobre o andamento da Ação Civil Pública nº 002414053653-3 e a responsabilização da administração pública pelos inúmeros acidentes ocorridos no KM-16 da MG 010, em frente à Cidade Administrativa.(– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.826/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja formulado voto de congratulações com a equipe de pesquisadoras e pesquisadores do CT-Vacinas, resultado de uma importante parceria estabelecida entre a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, o Instituto René Rachou da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz-Minas – e o Parque Tecnológico de Belo Horizonte – BH-TEC –, pela importância do trabalho realizado no desenvolvimento de novas tecnologias ligadas à produção de *kits* de diagnóstico e vacinas contra doenças humanas e veterinárias, notadamente as recentes pesquisas para o desenvolvimento da vacina brasileira contra a covid-19.

Nº 7.827/2021, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao Secretário de Estado de Saúde e ao Ministro da Saúde pedido de providências para que seja antecipada a vacinação contra a covid-19 das pessoas com deficiência entre os grupos prioritários.

Nº 7.828/2021, da Comissão de Saúde, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Grupo Luta pela Vida pelo excelente trabalho realizado em prol do Hospital do Câncer de Uberlândia e pelo prêmio Melhores Ongs do Brasil em 2020.

Nº 7.829/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que não ocorra o processo de municipalização da Escola Estadual Deputado João de Almeida, localizada no Município de Pedra Azul, considerando-se a ausência de consulta prévia à comunidade escolar da região.

Nº 7.830/2021, da Comissão de Saúde, em que requer seja formulado voto de congratulações com os Srs. José Roberto de Paiva Gomes e José Pereira da Cunha pela abertura de 10 novos leitos de UTI para tratamento de covid-19 no Hospital São Sebastião, em Três Corações.

Nº 7.831/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que não que ocorra processo de municipalização na Escola Estadual Dr. Afonso Pena Júnior, fundada em 1922, na cidade de Sacramento, tendo em vista o abaixo-assinado realizado pela comunidade escolar, que contou com mais de 1.500 assinaturas contrárias ao processo de municipalização, o que demonstra a extrema importância da referida unidade escolar.

Nº 7.832/2021, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências para que seja autorizado e ofertado o teste sanguíneo de covid-19 para o conjunto dos servidores públicos do Estado vinculados a esse instituto, uma vez que essa medida constitui uma estratégia preventiva e econômica para o diagnóstico da referida doença.

Nº 7.833/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Educação – Smed –, em Betim, pedido de providências para que sejam nomeados os candidatos aprovados no concurso público constante do Edital de Abertura nº 001/2019, homologado em 23/12/2020, tendo em vista a existência de inúmeros cargos vagos nessa secretaria.

Nº 7.834/2021, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz – pedido de providências para que seja autorizada a concessão de isenção do ICMS, pelo Estado, sobre o Zolgensma, medicamento utilizado para o tratamento da atrofia muscular espinhal – AME –, doença grave, rara e degenerativa que é, sem o devido tratamento, uma das principais causas de mortalidade infantil até os 2 anos de idade, ressaltando-se que tal medicamento é o mais caro do mundo e o Confaz já autorizou diversos estados a conceder a isenção que se pleiteia.

Nº 7.835/2021, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que seja ampliado o número de leitos para o atendimento das demandas da população do Município de Mutum, de tal forma que os pacientes acometidos de covid-19 possam ser atendidos em espaços definidos para a finalidade específica e os pacientes com outras enfermidades tenham também seu espaço em percentuais compatíveis, bem como para que seja garantido, quando necessário, o encaminhamento de pacientes para hospitais de outros municípios com melhores condições e para que seja divulgada periodicamente a listagem com a demanda por leitos da região Norte da Zona da Mata.

Nº 7.836/2021, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Juiz de Fora pedido de informações sobre os critérios objetivos de vacinação contra a covid-19 dos profissionais médicos veterinários no município.

Nº 7.837/2021, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que se verifique a possibilidade de expansão do atendimento do Samu e da disponibilização de unidades de suporte avançado para o Município de Três Marias, considerando-se a necessidade de atendimento imediato da população dessa localidade, especialmente para o enfrentamento da pandemia de covid-19.

Nº 7.838/2021, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que inclua os profissionais da limpeza pública e os carteiros no grupo prioritário para receber a vacina contra a covid-19, uma vez que essas categorias desempenham atividades essenciais e seus trabalhadores não pararam de trabalhar presencialmente durante toda pandemia, tendo contato não só com ambientes públicos mas também com outras pessoas constantemente.

Nº 7.839/2021, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde em Belo Horizonte pedido de providências para que interrompa o processo de desmantelamento da Maternidade Leonina Leonor, em Venda Nova, e atue com o Conselho Municipal de Saúde para decidir qual será o destino desse aparelho público, mantendo como prioridade a oferta de atendimento humanizado às mulheres.

Nº 7.840/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Educação – SMED – de Contagem pedido de providências para que seja dada continuidade ao processo de chamamento e contratação dos aprovados no Processo Seletivo Simplificado do Edital PMC nº 04/2020 para essa secretaria, tendo em vista a existência de cargos vagos ainda pendentes de preenchimento na rede municipal de ensino.

Nº 7.841/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para seja apresentado cronograma detalhado com o planejamento das nomeações dos candidatos aprovados no concurso de que trata o Edital SEE 07/2017, em vigor, tendo em vista a existência de inúmeros cargos vagos na rede estadual pública de ensino.

Nº 7.842/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que reveja a utilização da plataforma Google Classroom pelos estudantes da rede estadual de educação,

visto que ela já apresenta problemas de conectividade, conforme relatos feitos pelos alunos, pais e responsáveis, nas redes sociais da SEE, bem como para que o governo de Minas faça um programa de testes digitais antes de qualquer lançamento de novos *sites* ou aplicativos e que tal programa seja testado pelo público-alvo e o resultado de efetividade seja publicado no *site* oficial do governo, e para que seja criada uma central de atendimento para solucionar e registrar os problemas envolvendo o acesso digital pelos estudantes e suas famílias.

Nº 7.843/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja revisado o Memorando Circular nº 2/2021, publicado por essa pasta, uma vez que houve uma readequação no processo e no chamamento dos profissionais da educação inclusiva no Estado, para atender ao Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde da Covid-19, mas que, na prática, a falta de clareza no texto faz com que haja brecha para a não contratação da quantidade necessária de profissionais de apoio, visto que, no texto do documento, publicado em 4 de março, há a previsão de chamamento de 10 profissionais para até 24 alunos, número bem abaixo do esperado, pois cada aluno pode estar em salas diferentes, necessitando de atenção especial para assimilação do conteúdo, e requer também que seja publicado novo memorando, garantindo o atendimento dos estudantes, de acordo com as condições estabelecidas no art. 27 da Resolução nº 4.256, de 2021, publicada pela própria SEE, onde fica claro que o professor só pode atender a três estudantes na mesma turma.

Nº 7.844/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que revogue, imediatamente, a decisão de fechamento da Escola Estadual Estevão de Oliveira, na cidade de Juiz de Fora, uma vez que ocorre de maneira arbitrária e unilateral, sem qualquer prévia discussão com a direção escolar, com os professores, demais servidores e com a comunidade escolar, que serão diretamente afetados com essa decisão, e promova, através da Superintendência Regional de Ensino, reunião com toda a comunidade, mesmo que remotamente, para apresentar as devidas explicações que orientaram essa decisão.

Nº 7.845/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam nomeados e empossados os candidatos aprovados no concurso previsto no Edital nº 7/2017, para o cargo de professor de educação básica de sociologia, na regional de Leopoldina, no Município de Cataguases.

Nº 7.846/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que disponibilize os recursos necessários para a realização de obras emergenciais de recuperação da Escola Estadual Emília Esteves Marques, localizada no Município de Carangola, bem os equipamentos e materiais didáticos necessários para o funcionamento da escola, tendo em vista os grandes estragos provocados pelas chuvas que atingiram o município no dia 19/2/2021.

Nº 7.847/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que não ocorra processo de municipalização da Escola Estadual Sinhana Borges, localizada na cidade de Sacramento, tendo em vista a ausência de consulta prévia à comunidade escolar da região.

Nº 7.848/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Educação, em Betim, pedido de providências para seja tornado sem efeito o processo de Chamamento Público nº 001/2021, em vigor, que trata do processo de oferta e contratação de serviços da rede municipal de ensino por intermédio de contrato de gestão a partir do credenciamento de organizações sociais para a prestação de serviços de operacionalização, gerenciamento, execução e apoio escolar às instituições de ensino municipais.

Nº 7.849/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Fundação Oswaldo Cruz pela importante iniciativa de criação do programa Unidos Contra a Covid-19, que disponibilizou ao sistema público de saúde do Estado do Amazonas cinco usinas de produção de oxigênio, que ficarão como um legado para o estado, fortalecendo a infraestrutura do Sistema Único de Saúde – SUS – e as ações frente à pandemia de covid-19.

Nº 7.850/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os motivos do fechamento da Escola Estadual Estêvão de Oliveira, em Juiz de Fora. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.851/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que não ocorra o processo de municipalização dos anos iniciais do ensino fundamental das Escolas Estaduais Joelma Alves de Oliveira e José Amâncio dos Santos, ambas localizadas no Município de Igarapé, tendo em vista a importância das referidas escolas e a ausência de consulta prévia à comunidade escolar da região.

Nº 7.852/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a retomada dos cursos de graduação em farmácia e odontologia no Município de Ouro Fino, com a instalação de um câmpus avançado da Universidade Federal de Alfenas – Unifal –, conforme a Moção de Apelo nº 011/2021, aprovada em 19 de abril de 2021 pela Câmara Municipal de Alfenas, tendo em vista que a expansão dessa universidade poderá trazer inúmeros benefícios ao referido município, à região Sul de Minas e ao interior do Estado de São Paulo.

Nº 7.853/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para seja dada continuidade ao processamento dos pedidos de aposentadoria dos servidores da educação básica com a incorporação do abono de que trata o art. 8º da Lei nº 21.710, de 2015, nos proventos para todos os fins de direito.

Nº 7.855/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja formulada manifestação de apoio aos profissionais da educação infantil da rede municipal de Belo Horizonte pela deflagração da greve por causa do retorno das aulas presenciais no atual contexto da pandemia da covid-19, tendo em vista que o movimento visa à proteção da saúde de toda a comunidade escolar.

Nº 7.856/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja aplicada, no âmbito do Estado, a Lei Federal nº 14.131, de 2021, que estabelece normas gerais relativas ao acréscimo de 5% ao percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático, em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2021. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 7.857/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com os Srs. Gustavo Adélio Lara Ferreira, Dêgo Candian Alves, Yury Bueno Campos, Marcus André Dias Serodio Melo, Pedro Augusto Moraes Carvalho, Hugo Elias de Lima Diniz, com a Sra. Jeanine Maradeia Medeiros e com os Srs. Paulo Daniel Santos, Washington Luiz Caneschi e Roney Lucarelli, pela prisão de suspeito de ter praticado um roubo em uma joalheria em Rio Pomba e pelo desmantelamento da quadrilha suspeita de praticar roubos à mão armada na região da Zona da Mata.

Nº 7.858/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com o chefe do 2º Departamento da Polícia Civil, César Augusto Monteiro, e o chefe do 7º Departamento da Polícia Civil, Flávio Tadeu Destro; com os delegados regionais Marcelo Cali, em Betim, e Cleovaldo Marcos Pereira, em Divinópolis; com os delegados João Marcos do Amaral Ferreira e Leonardo Moreira Pio; com os inspetores regionais Péricles Viana e Ronie Adriano dos Santos; com o inspetor André Leite, em Itaúna, o escrivão Fernando Gontijo, em Itaúna, e o escrivão Frederico Ferreira, em Betim; com os investigadores Talita Câmara, Edmar Souza e Washington Rezende, em Itaúna; e com os investigadores Rodrigo Tavares, Lucas Oliveira, Pedro Andrade e Heloísa Araújo, em Betim, pela atuação na operação Divisa, em 12/3/2021, em Betim, que resultou na prisão de um homem de 19 anos, suspeito de tentativa de latrocínio, em 3/8/2020, e de latrocínio consumado, em 21/9/2020.

Nº 7.859/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com o delegado regional de Araxá, Vitor Hugo Heisler, o delegado rural de Araxá, Tiago Cruz Ferreira, o inspetor Paulo de Tarso Versosa, os investigadores Ilton José de Lima, Fábio Ponciano Duarte, Douglas Santana da Silveira, Rodolpho Xavier Florindo de Castro e Amanda Livia Santos e os escrivães Heitor Montandon, Josiene Edilene Ribeiro e Adriana Maria Almeida pela realização da segunda fase da operação Ferro Bruto, que culminou na recuperação, em um galpão na cidade de Votuporanga (SP), de parte de uma carga de

treliças subtraída em Araxá, além de outras, como vergalhões e chapas de aço de outras vítimas, totalizando cerca de 300 toneladas de metais furtados.

Nº 7.860/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais que atuaram na ocorrência que resultou na prisão do homem acusado do homicídio da enfermeira Priscila Cardoso da Silva, assassinada com requintes de crueldade e encontrada abandonada, em 20/3/2021, na entrada do Município de Ipaba.

Nº 7.861/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Wagner de Oliveira Cavalieri, juiz da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Contagem, pela doação de 461 aparelhos celulares apreendidos durante operações realizadas no Presídio Nelson Hungria, em Contagem, para a rede de educação municipal de Belo Horizonte, os quais serão entregues a estudantes e professores que não possuem celulares para as aulas virtuais.

Nº 7.862/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com militares do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais pelo ato de bravura ao realizar o resgate de um homem de 47 anos, no Rio Arrudas, em Belo Horizonte, em 27/3/2021.

Nº 7.863/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis da Delegacia Especializada em Atendimento a Mulher, em Belo Horizonte, pela conclusão do inquérito e prisão do dono de lojas de roupas de um *shopping* popular de Belo Horizonte, que é acusado de assédio sexual e estupro de clientes e funcionárias.

Nº 7.864/2021, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Superintendência Estadual de Operações da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios – pedido de providências para que a agência dos Correios do Distrito da Serra do Cipó, no Município de Santana do Riacho, seja reaberta o mais breve possível para atender às demandas de moradores e comerciantes. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 7.866/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da operação no Bairro Cidade Jardim, no Município de Uberlândia, em 29/4/2021, ocasião em que apreenderam seis toneladas de maconha em fundo falso de uma casa. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.867/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que atuaram na operação, em 29/4/2021, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de um jovem de 18 anos com 1.344 comprimidos de *ecstasy* e um quilo e meio de *skunk*. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.868/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que inclua no rol de serviços essenciais do Estado a atividade dos salões de beleza, estética e barbearias, considerando que tal prestação de serviço é necessária para os trabalhadores da saúde e segurança pública do Estado, além das atividades estéticas necessárias para subsidiar tratamentos médicos. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 7.869/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que inclua no grupo prioritário de vacinação os trabalhadores da área da comunicação que tenham atividades contínuas com o público. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 7.871/2021, do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Walter Lessa, prefeito municipal, e com os vereadores de São Lourenço, pela iniciativa de implantação e pelo sucesso do Centro de Apoio às Pessoas com Síndrome Gripal, cujo objetivo é o diagnóstico da covid-19 e o seu tratamento na fase inicial, para se evitarem complicações e internações em áreas clínicas e em UTIs para tratamento de covid-19. (– À Comissão de Saúde.)

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões dos Direitos da Mulher e de Segurança Pública.

Oradores Inscritos

O deputado Sargento Rodrigues – Cumprimento o Sr. presidente, os Srs. deputados, as Sras. deputadas, o público que nos acompanha pela TV Assembleia. Sr. Presidente, eu tenho participado da CPI dos Fura-Filas, que é o nome, o apelido dado à Comissão Parlamentar de Inquérito que apura, inclusive, a operacionalização da vacinação contra a Covid no Estado de Minas Gerais. E nós temos acompanhado, presidente, inclusive as insistentes solicitações que nós fizemos, requerimentos e pedidos aos chefes de polícia, ao secretário de Segurança e ao próprio governo. Insistentemente também cobramos do governo federal, e até outros parlamentares estaduais e federais também fizeram essa cobrança. E o governo federal, no dia 1º de abril, determinou, através do Ministério da Saúde, a inclusão dos servidores das forças de segurança pública também como grupo prioritário.

A partir de então, Sr. Presidente, nós aprovamos um requerimento solicitando ao governador Romeu Zema que nos informasse o cronograma de vacinação dos operadores da segurança pública: policiais militares, civis, bombeiros, agentes socioeducativos e polícias penais. Mas, infelizmente, o que a gente vê é muita publicidade paga. Vou repetir: muita publicidade paga nos veículos de comunicação do Estado pelo governo. O governador tem usado as forças de segurança pública para fazer publicidade em suas redes sociais, para fazer matéria paga nos grandes jornais de Minas Gerais, mas não, de fato e efetivamente, tem dado a devida atenção.

Eu tenho recebido e-mails de diversas cidades de servidores da segurança pública. Nós temos cidades em que nenhum policial foi vacinado até hoje. Sr. Presidente, deputado Doutor Jean, deputado Cleitinho, deputado Charles Santos, eu mandei ampliar, isso aqui está no jornal O Tempo. Olhem aqui, o governador está usando os servidores da segurança pública para fazer publicidade no jornal O Tempo. Isso é publicidade paga com o dinheiro público. E aqui, além desta, registro outra. Esses posts estão no jornal O Tempo de Minas Gerais. Aqui tem um outro que a gente também apresenta em Plenário. (– Mostra cartaz.)

Então, tudo isso, quem abrir aí, através do iPhone, o portal do jornal O Tempo... É matéria paga pelo governo do Estado. O jornal está cumprindo o seu papel. Agora o governo do Estado diz aqui: “O governo de Minas e as forças de segurança estão se desdobrando para superar a pandemia”. É o primeiro post. O segundo post: “Protegemos as vacinas, distribuimos respiradores, produzimos máscaras”. E aqui, por último: “Reduzimos a criminalidade para o menor índice nos últimos nove anos”. Governador Romeu Zema, para que faça propaganda correta, o senhor tem que valorizar e priorizar a vacinação dos servidores da segurança pública. O senhor está fazendo publicidade paga e, ao mesmo tempo, não prioriza. O senhor não está acompanhando.

Nós aprovamos agora um outro requerimento. Já chegaram milhares e milhares de doses. Eu vim acompanhando posts do próprio governador no Instagram e os 6% dessas doses já deveriam ter sido aplicadas e terem vacinado quase a totalidade das forças de segurança pública. Eu estou falando, gente, não é de gente que está na burocracia. Eu estou falando porque, em cada ocorrência policial que a Polícia Militar faz na rua, ela tem contato direto com as pessoas, ela tem que dar busca pessoal e, às vezes, socorrer: é uma vítima de acidente de trânsito, é uma vítima de um crime, é uma agressão, às vezes, de uma Lei Maria da Penha. Ele tem que chegar lá e pegar a vítima, a parte agredida e socorrê-la. Então são servidores que estão diretamente atendendo. E aí, deputado Charles Santos, o que acontece? Além de estar atuando diretamente, são eles que distribuem os respiradores, são eles que descarregam o material da aeronave – entrem no Instagram do governador. Estão lá retirando as caixas de vacina –; são eles que fazem a distribuição, a segurança e a distribuição; e o governo fazendo publicidade paga com o dinheiro público, dizendo que as forças de segurança pública estão fazendo o melhor, mas o governador não está fazendo o melhor.

Governador Romeu Zema, o senhor está fazendo uma propaganda enganosa, utilizando policial civil, militar, bombeiro, policial penal e agente socioeducativo! Governador Romeu Zema, pare de fazer propaganda enganosa paga com o dinheiro público! Está aqui. (– Mostra cartaz.) Está aqui, deputado Charles Santos! Se V. Exa. abrir aí o jornal O Tempo, vai ver. É só rolar a barra lá embaixo. Estão fazendo propaganda com o dinheiro público e enganando a população. Governador Romeu Zema, é muito feio! Onde está aquele slogan do governo: “Governo diferente, Estado eficiente”. Eficiência em gastar o dinheiro público ludibriando a

população, mentindo para o cidadão? Por favor, governador Romeu Zema, estou aqui, na tribuna, fazendo um apelo a V. Exa. Procure priorizar a vacinação dos servidores da segurança pública sem fazer propaganda enganosa, como o senhor tem feito dia a dia, com matérias pagas pelos jornais impressos, de mídias eletrônicas e também de mídias de televisão. É uma vergonha o que o governador está fazendo com as forças de segurança pública em Minas Gerais. Muito obrigado, presidente.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte) – Deputado Sargento, quero aqui nos colocar solidários à posição de V. Exa. e dizer que, ontem mesmo, aprovamos na CPI um requerimento de V. Exa. a respeito desse assunto, dessa questão, que é muito importante. Não adianta o governo ir para a televisão e falar da vacinação de uma categoria e, na prática, não fazer essa vacinação. Os nossos policiais militares, civis e bombeiros merecem todo o nosso respeito. A polícia de Minas Gerais tem feito um papel excepcional nesse processo da pandemia. A gente tem que lembrar que policial não para, não, gente.

A polícia está nos 853 municípios de Minas; e, se está sol, está trabalhando; se está chovendo, está trabalhando; se há pandemia, trabalha; se melhora, trabalha; está trabalhando o tempo todo. Então quero me colocar, como presidente da Comissão de Saúde, em sintonia, em parceria com V. Exa. para colaborar na discussão dessa questão da vacinação dos servidores da segurança pública. Conte comigo, conte com a Comissão de Saúde para essa questão.

O deputado Sargento Rodrigues – Agradeço ao deputado João Leite. E V. Exa. lembrou muito bem... (– É interrompido.)

O deputado João Vítor Xavier (em aparte) – Eu sou o João Café, sou mais queimado.

O deputado Sargento Rodrigues – Desculpe-me, deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte) – Com muito orgulho, aliás.

O deputado Sargento Rodrigues – É a força do hábito, tanto quando me refiro a V. Exa. quanto a ele – o primeiro nome.

Deputado João Vítor Xavier, V. Exa. lembrou muito bem: as forças de segurança pública não ficaram e não ficam em home office; não existe home office para a Polícia Militar, para a Polícia Civil, para o policial penal, o socioeducativo. Imaginem se os bombeiros ficassem em situação de home office? Não existe teletrabalho para esses servidores. Com pandemia, sem pandemia, sol, chuva, poeira, sereno, calor, frio, eles estão empenhados. Agora, é uma propaganda enganosa. Eu espero, deputado João Vítor Xavier, que, diferentemente do que disse o outro deputado: que o requerimento não era objeto da CPI, e nós provamos que é porque estamos investigando a operacionalização das vacinas e vacinar servidores da segurança pública está dentro do Programa Nacional de Imunizações e faz parte do plano de operacionalização... Nós esperamos que o governador pare de fazer propaganda enganosa e priorize a vacinação. Ele usa os servidores... Os servidores servem ao governo, servem à população; ele usa os servidores para fazer propaganda em suas redes sociais, para publicidade, publicidade paga, mas não há o reconhecimento do governador em relação ao trabalho desses servidores, tão valioso para Minas Gerais. Muito obrigado, presidente.

O deputado Arlen Santiago – Boa tarde a todos. Estamos atentos a algumas situações que estão acontecendo no nosso país, e algumas nos deixam estarecidos. A mesma turma que aumentou a dívida pública do Brasil se aboletou lá na CPI federal da pandemia, sob a relatoria do Renan Calheiros, também com o Omar Aziz na presidência e aquele senador que foi contra diminuir o Dpvat, o Randolfe Rodrigues; e querem porque querem estar a cada dia falando mais mal do presidente da República e tentando esconder os malfeitos de muitos governadores e também de vários prefeitos. Só na Polícia Federal já temos uma quantidade enorme de denúncias de malfeitos dos governadores que receberam dinheiro para investir na Covid. Por exemplo, o governador do Rio Grande do Sul pagou a folha de pagamento; os governadores de vários estados do Nordeste compraram respiradores por mais de R\$200.000,00 em casas que vendem bombons e vinho, e há outras situações. Realmente o nosso país tem sido alvo de uma campanha (– Falha na transmissão do áudio.) em se lutar contra o vírus, contra uma quantidade enorme de problemas e ainda essa campanha extremamente difícil.

Estamos agora vendo, por exemplo, essa questão da vacinação. Quer dizer, não se consegue o número ideal de vacinas para (– Falha na transmissão do áudio.) colocar principalmente os grupos prioritários da linha de frente aí na vacinação. Nós temos de

vacinar agora as pessoas com comorbidades, que estão morrendo muito. Nós temos que vacinar, com muita justeza, os profissionais bombeiros, policiais, que estão sempre na linha de frente. Agora, com as escolas voltando, nós temos que vacinar os professores, e, daqui a pouco, vamos ter que vacinar também os alunos; enfim, praticamente toda a população. Os enfermeiros, com muita justeza, estão querendo a vacina. Os fisioterapeutas estão querendo a vacina. E nós temos, infelizmente, ainda muitos hospitais, centros da Covid, que não receberam a vacina ou ficaram para trás, a exemplo do hospital da Unimontes e também do hospital da Santa Casa.

Mas também não são só más notícias. Ontem eu estive numa audiência com o pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Para lá, nós levamos o empresário Mário Borborema, que hoje já assina mil carteiras de trabalho lá em Jaíba. Ele está com um projeto para poder criar 300 empregos diretos numa propriedade rural em Montes Claros, na localidade de São Pedro da Garça, e mais 500 empregos diretos na produção de café, no Município de Lassance, tão bem gerido pelo nosso amigo prefeito Paulo Elias. Estivemos juntos lá, (– Falha na transmissão do áudio.) com o pessoal da Secretaria (– Falha na transmissão do áudio.) onde nós pedimos a priorização. Todos os pedidos de outorga são muito importantes.

Aqui nós temos que nos congratular com o governador Romeu Zema, porque, quando terminou o malfadado governo Pimentel, nós tínhamos 4 mil pedidos de outorga paralisados, 8 mil pedidos de outorga que estavam demorando 4 anos para serem analisados. A pessoa que precisava de água entregava o pedido e, depois, o que acontecia? Quatro anos depois saía ou não o pedido da outorga. Isso aí já diminuiu bastante. O passivo está muito pequeno. Todos os pedidos são muito importantes. A ex-presidente do Igam, hoje lá na Semad, a Marília, tem feito esse excelente trabalho. Nós estamos bastante satisfeitos.

Mas fomos pedir ao Marcelo: “Marcelo, esse aí é de muito impacto”. É lógico que para uma pessoa, para uma família que está sem água e precisa da água, é muito importante, mas em relação a esses aí, a esses dois pedidos que já estão lá há bastante tempo, que vão gerar 800 empregos diretos, nessa região extremamente carente e com dificuldades de empregos, a gente fica extremamente satisfeitos.

Também queremos dizer do asfalto que está previsto para ser feito, por meio de uma parceria, o asfalto ligando o Distrito de São Pedro da Garça até a Fazenda Santa Mônica, onde já temos mais de 1.200 empregos diretos. Agora podemos dizer que também será feito um investimento de R\$1.000.000.000,00, que vai gerar de 2 mil a 2.500 empregos diretos. A primeira parcela desse investimento já está a caminho. Ontem tivemos um encontro virtual com o pessoal do DER, da empresa que vai fazer a terraplanagem, e, por conta disso, já colocamos emendas impositivas para poderem começar o asfaltamento num trecho de 4,5km, de São Pedro da Garça até a rodovia estadual que liga Capitão Enéas a São João da Ponte. O recurso para esses 4,5km, entre outros recursos, está sendo possível porque colocamos uma emenda: uma emenda impositiva minha, de R\$1.000.000,00; outra emenda impositiva do deputado Virgílio Guimarães, também de R\$1.000.000,00; e agora também estamos, nessa reta final, buscando uma nova emenda com o senador Rodrigo Pacheco, com quem já conversei e que está disposto a colocar R\$5.000.000,00. Com isso, vamos caminhando e fazendo agora os primeiros 4,5 km. Depois vem a parte da nossa rodovia estadual, e a empresa vai fazer a terraplanagem, e, sobre essa parte, já conversamos com o governador Zema, que se dispôs a colocar a capa nesses 4km da área estadual, e vamos chegar, então, a quase 9km de uma estrada de 20km. Isso vai gerar mais de 2 mil empregos diretos.

Também queremos dizer para o nosso governador Romeu Zema daquela ponte que ficou, ou melhor, que está há 17 anos na frente de Minas Novas, sem fazer o encabeçamento, a ponte que está em cima do Rio Fanado, no Vale do Jequitinhonha, tão decantado e tão falado principalmente pelo governo federal, que aí ficou por 16 anos, e a gente vê muito pouca coisa que foi feita lá nesse nosso Vale do Jequitinhonha. Agora já estamos chegando a um acordo em que o governo do Estado vai aportar R\$2.000.000,00 para fazer o encabeçamento, e o prefeito Aécio também fará um aporte de R\$2.000.000,00, porque a obra custa R\$4.000.000,00.

Do Estado que foi arrasado no governo passado estamos vendo a recuperação, com o pagamento do 13º salário de 2018 pelo governador Zema, o qual havia ficado sem ser pago, mas o governador Romeu Zema já pagou e, depois disso, também já pagou

o 13º salário de 2019 e 2020. E estamos aí torcendo para que a arrecadação possa melhorar e para que a gente então consiga ver o salário sendo pago para todos, no quinto dia útil de cada mês, como aconteceu durante 12 anos, mas depois esse prazo se perdeu.

Vimos também que o governador Romeu Zema fez o pagamento para os bancos daquele dinheiro dos consignados que os funcionários públicos estaduais tinham feito com o banco. Era tirado do dinheiro deles o que era para pagar a prestação no banco, e esse dinheiro ficava nos cofres do Estado à disposição de uma administração perdulária. E não pagou os bancos. As pessoas indo para o SPC. Isso também já foi tudo pago.

E agora nós temos que ver como é que vai fazer, porque a administração passada também ficou devendo R\$7.000.000.000,00 que tirou da área da saúde de Minas Gerais. Era dinheiro que tinha que ter sido pago e foi retirado. Foram mais de R\$1.000.000.000,00 para os hospitais e R\$6.000.000.000,00 para os prefeitos. Então, eu tenho certeza de que logo que o governador Zema conseguir resolver mais a questão das dívidas, dos tapa-buracos que são necessários ser feitos, a gente vai começar a avaliar como é que vamos conseguir repor esse dinheiro para os municípios e para os hospitais.

Eu gostaria também de pedir à Luíza para avaliar com o nosso presidente da Casa, Agostinho Patrus, a colocação de um projeto de minha autoria. É um projeto que diz que, quando a Cemig utilizar margens laterais de rodovias pertencentes ao DER e a Copasa utilizar também rodovias pertencentes, elas terão que pagar por esse uso. Isso dará uma arrecadação de R\$50.000.000,00 a mais, e o nosso secretário de Infraestrutura poderá usar no tapa-buracos. A Cemig já paga nas estradas federais, e ela está muito perdulária, pagando aí absurdos para diretores. Então, ela tem dinheiro para pagar isso a fim de que possam ser feitos os tapa-buracos de que Minas Gerais precisa.

Então, são algumas informações alvissareiras de coisas que estão funcionando. E só de a gente ter um governo em que não estamos tendo denúncia de corrupção, de dano ao erário, a gente já fica muito satisfeito. Um grande abraço a todos. Felicidades.

O presidente (deputado Charles Santos) – Boa tarde. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, muito boa tarde. Boa tarde aos colegas deputados e deputadas, aos aqui presentes e aos que estão em casa de maneira remota, aos servidores desta Casa e ao povo mineiro que nos assiste. Eu queria pedir para o pessoal da comunicação, da câmara ver se é possível pegar esta imagem aqui. (– Mostra o tablet.) Por gentileza.

– Procede-se à exibição do filme.

O deputado Doutor Jean Freire – Eu vou tornar a passar porque o início é muito importante, e vocês vão entender o porquê.

– Procede-se à exibição do filme.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, caros colegas, o início da imagem mostra a chegada do homem à lua: um pequeno passo para o homem um grande salto para a humanidade. Ao passar na BR-367, durante a noite – isso ocorreu comigo, agora, no domingo, vindo para Belo Horizonte –, as imagens parecem que é a chegada do homem à lua. Podem comparar, deputado Bernardo, com várias situações, com um queijo suíço, mas, me parecia muito a chegada do homem à lua. Era a BR-367.

Saí de Itaobim por volta das 20 horas. Entre Itaobim e Araçuai, pedaços de móveis. Coitados, as pessoas nem sabem. Provavelmente era alguém fazendo mudança. Está aqui tudo registrado: porta de armário na BR.

No sábado anterior, fui dar plantão no CTI Covid, em Almenara. Você não pode planejar mais quanto tempo antes você tem que sair, deputado Cleitinho, porque os buracos atrapalham chegar. Por ali, passam pessoas, passa vacina. E, por volta de meia-noite, numa viagem que demoraria aproximadamente 3 horas a gente chega a gastar 6 horas. Eu esperava chegar em Diamantina por volta de meia-noite, 1 hora da madrugada. Tive de parar na cidade antes, Couto de Magalhães, para descansar, porque os buracos não deixam.

Talvez, essa seja a temática que eu mais trouxe a este Plenário. Talvez seja a temática de que mais se falou, aqui, nesta Casa, nos últimos tempos. Talvez, nunca antes, na história deste Parlamento, a BR-367 foi tão falada, o Vale do Jequitinhonha foi tão falado. Talvez, porque, agora, tem um parlamentar que mora lá, que vive lá e vai lá todo final de semana. Não vou lá de vez em quando, não vou lá de helicóptero, não vou lá de avião. Falo isso sempre aqui e vou continuar repetindo, para ver se um dia as autoridades tomam vergonha na cara e olham para o Estado e para todas as regiões com equidade. Eu já não digo e não vou dizer mais olhar com igualdade, é com equidade que temos que olhar.

Há poucos dias, eu falei nesta Casa e convidei publicamente parlamentares que fizessem a viagem comigo. Eu fui à cidade de Chapada do Norte. Cheguei à cidade 00h30min. Descansei por 40 minutos e fui à casa de um senhor, paciente renal crônico. Acompanhei-o no cafezinho que prepara três vezes por semana, às duas da madrugada. Acompanhei-o andando até o ponto para pegar o carro da saúde. Entrei no carro com ele e fiz todo o trajeto de Chapada do Norte a Diamantina. Para quê isso? Para mostrar? “Olha que bonitinho o deputado indo, fazendo isso...”. Não, para vivenciar o mínimo possível, na pele, o que eles passam todos os dias, todos os dias. Dizer “eu sou solidário à sua causa” é muito fácil. Viver na pele o que o povo passa já não é tão fácil assim.

Eu pude acompanhar aquele senhor durante todo o trajeto, deputado Charles. De vez em quando, ele se encostava, tentando descansar um pouco. Na estrada, nós nos encontramos com outros com carro quebrado, com pneus estourados. E vimos o dia amanhecer na estrada para chegar à hemodiálise em Diamantina. Lá eu o acompanhei na hemodiálise e ouvi relatos de vários pacientes. Os pacientes renais crônicos sofrem – sofrem! Eu batalhei, solicitei à Secretaria de Saúde que eles estivessem na lista de prioridade para a vacinação porque eles estão, no dia a dia, em contato com outros pacientes de várias regiões, deputado Cleitinho, e ficam muitas horas dentro do setor de hemodiálise. Retornei, fazendo todo o trajeto. Ainda na estrada, encontrei-me inclusive com o deputado Cleitinho. Retornei, fazendo todo o trajeto até Chapada do Norte. Ele chegou à 5 horas – às 5 horas, ele chegou à casa dele. Meus amigos e minhas amigas, três vezes por semana. Então, olhem o valor de uma estrada! Olhem o valor de uma estrada! E quando a gente chega ao DER, quando a gente chega ao Dnit, a gente vê quadros tão bonitos de BRs, de rodovias. Eu já perguntei ao superintendente do Dnit: “Onde é isso? Vamos trocar? Vamos tirar esses quadros e mostrar a realidade do povo do Vale do Jequitinhonha”.

Não se trata aqui de falar e de apontar dedo para A ou B, mas estou falando de governo. É uma questão de governo, é uma questão de Estado – de Estado! Eu vou falar quantas vezes forem necessárias. Vou subir aqui porque eu duvido – duvido – que haja um parlamentar que passe naquela estrada mais do que eu – por volta de duas vezes por semana.

Poucos dias atrás, eu recebi dois pacientes transferidos de outras cidades que chegaram já com o oxigênio acabando por causa dos buracos. Viagens que as ambulâncias poderiam fazer em três horas, demoram cinco ou mais. Olhem para vocês verem o valor de uma estrada! E aí, deputado Bernardo, muitas vezes a gente pergunta: “Por que o arroz lá é mais caro, por que o óleo lá é mais caro?”. Porque é preciso transporte, e ninguém vai colocar os seus carros numa estrada daquela sem cobrar a mais pelo transporte, pela carga.

É muito bonito, quando se vai fazer uma obra, aparecerem os papagaios de pirata. É muito bonito. “Agradeço ao fulano de tal ter feito isso”. E só aparecem nesse momento – só aparecem nesse momento. Eu quero ver é vivenciarem isso no dia a dia. Governo bom não espera o povo sofrer para fazer as coisas, governo bom não espera isso. Evidentemente não estou aqui também dizendo que o governo, que a parte central tem que saber, mas um governo não é formado só de um presidente, só de um governador. Há as superintendências do Dnit, há as regionais do DER. Ou seja, é preciso dialogar sobre isso, mas é preciso colocar o dedo na ferida.

A LMG que foi asfaltada dois anos atrás e que nós inauguramos já está com buracos. Por quê? De duas, uma – ou talvez as duas: ou foi um trabalho mal feito – e nós temos aí cinco anos para cobrar da empresa –, ou devemos ter a coragem de falar que a monocultura do eucalipto seca as nascentes, e os caminhões passam e destroem as estradas.

Você não vê uma balança, você não enxerga uma balança. Por que não colocar balança? Qual é o acordo para não colocar balança? Os caminhoneiros falam comigo que deveriam andar com 50t e andam com 80t. Há poucos dias, havia dois caminhões com eucalipto tombados. E eu questiono ao governo: por que não colocar balança? Por que não? Estamos escondendo alguma coisa? Há algum acordo? Não sei. Ou seja, é preciso tocar o dedo na ferida. Eu sempre falo, na posição de médico – e antes de me tornar médico, fui profissional da área de enfermagem, fui atendente de enfermagem e adoro e adorava trocar curativos, tratar das feridas: quando eu coloco o dedo na ferida, não é para piorar a ferida; quando eu coloco o dedo na ferida, é para tentar cuidar. É para tentar mostrar: olhe aqui, é possível isso? Vamos avançar. Vamos fazer mais pelo nosso povo.

Há poucos dias, o presidente da República vetou – é fato isso, eu não estou inventando – o dinheiro para o orçamento para fazer a BR-367, lá embaixo. E eu vou dizer uma coisa: se fizer e quando terminar essa, a outra já estará destruída, a outra já estará destruída, porque não há cuidado com as estradas, eles estão deixando chegar a péssimas condições. Há dias, eu falava aqui da BR-367, entre o trevo de Carbonita e Diamantina. Depois, eu já mudei para a estrada entre o trevo de Turmalina e Diamantina. Depois, de Araçuaí a Diamantina. Agora já é toda a estrada, toda a estrada. É vergonhoso você passar e ver as pessoas tamparem com terra, tamparem com terra a estrada para poderem passar no dia a dia.

Eram estas as minhas palavras. Eu termino pedindo atenção com os que mais sofrem e pedindo aos colegas deputados: não quero que seja eu; quero que nós possamos, todos juntos, fazer. Então eu peço a todos os deputados que vão lá, que solicitam voto lá, porque há uns que só aparecem, igual Copa do Mundo, de quatro em quatro anos, e só vão de helicóptero e de avião. Eu peço: vamos nos juntar para lutar pelos que mais precisam. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Cleitinho Azevedo.

O deputado Cleitinho Azevedo – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os deputados e deputadas, servidores desta Casa, a todos que estão nos assistindo na TV Assembleia e a todos os mineiros.

Queria que os deputados prestassem bem atenção à minha fala aqui, agora, e quero até fazer uma provocação à Comissão de Saúde, do nosso excelentíssimo deputado estadual João Vítor Xavier, líder do meu partido, por quem tenho o maior apreço, o maior respeito, para que a gente mobilize esta Casa aqui o mais rápido possível. Eu faço este questionamento também ao nosso presidente da FFO, o deputado Hely Tarquínio, para a gente votar o mais rápido possível o acordo da Vale aqui, na Assembleia. Isso é para hoje, gente, não é para amanhã, não.

A gente está vendo a situação da vacina. Vou dar um exemplo lá de Divinópolis, onde isso já está acontecendo – aliás, isso já está acontecendo em todas as cidades, em todos os municípios. A minha cidade lá, a partir de amanhã, já não terá vacina mais. Havia toda uma programação para poder vacinar o pessoal, mas já não tem vacina mais. Isso deve estar acontecendo em toda Minas Gerais. Então, por que não pega esse acordo – a gente está falando de R\$39.000.000.000,00 – e para de ficar puxando o saco do governo federal e começa a ser protagonista? A gente tem um acordo aqui de R\$39.000.000.000,00, dos quais a gente pode usar R\$3.000.000.000,00 para vacinar o Estado inteiro. Então está na hora de o Estado, a Assembleia e a gente poder ser protagonistas e resolvermos esse problema da vacina. A gente não pode desdenhar da ciência e muito menos do vírus.

Ontem faleceu o ator Paulo Gustavo, comoveu todo o País, mas, como ele, quantas pessoas morreram ontem? Quantas pessoas morreram como o Paulo Gustavo? Lembrando que o Paulo Gustavo ficou quase dois meses internado. Quer dizer, o Paulo Gustavo tinha dinheiro para poder ainda ficar internado. E essa quantidade de pessoas que não tem nem dinheiro para serem internadas, que ficam dependendo do SUS, que dependem de uma fila que nunca chega. Fala que é SUS Fácil, mas é um SUS difícil, como eu estava falando aí de vários hospitais regionais que há em Minas Gerais abandonados. E esse dinheiro da Vale também é para poder concluir os hospitais regionais.

Então a gente pede, com carinho, aos deputados que estão nas comissões, a todas as comissões, ao nosso presidente Agostinho Patrus, que está sendo sempre protagonista neste combate ao coronavírus, para poder chamar a responsabilidade de novo

da Assembleia, e a gente poder aprovar esse projeto o mais rápido possível, esse acordo da Vale aqui, para, além de indenizar as famílias que tanto necessitam, de Brumadinho, de toda Minas Gerais, que passaram por essa tragédia, poder reiniciar as obras dos hospitais. Como o hospital de Divinópolis, que está parado, e falta só aprovar aqui, para esse recurso ir para a cidade de Divinópolis, e o hospital ficar pronto.

E a gente está falando aqui das vacinas, gente. É de suma importância a gente trabalhar nessa questão das vacinas, a gente parar de depender do governo federal. O governo federal não está conseguindo, a verdade é essa. E se a gente tem poder de negociar: a gente tem um valor de R\$39.000.000.000,00. Se a gente aprova aqui, através de emenda da Comissão de Saúde, para poder, desses R\$39.000.000.000,00, usar para comprar vacina, o Estado inteiro vai ser imunizado o mais rápido possível. Então hoje vacina, presidente, é investimento; hoje vacina é investimento. Então o que a gente pede aqui é a sensibilidade de todos os deputados, os 76 deputados – incluindo eu, 77. Que a gente possa, neste mês de maio agora, urgentemente, votar esse projeto.

E eu queria aqui fazer um reconhecimento ao nosso deputado Jean Freire, que eu sei a luta que ele tem na região, Jean. Eu estava lá, eu presenciei. Então você não está ali em campanha, fazendo campanha, não; você está ali como morador da região. E eu sei da situação da estrada, eu estive lá, e não tem condição, não. E a verdade é esta: o governo federal vetou. O governo federal vetou o orçamento que ia de infraestrutura, como vetou alguns orçamentos também da saúde e da educação. E quando precisa vetar alguns orçamentos – eu cansei de falar aqui, na semana passada – do Congresso, do próprio Senado, cortar o orçamento também do STF, porque lá tem dinheiro sobrando, gente. Por que não corta de lá? Por que tem que cortar de onde precisa para chegar no povo? Igual a estrada, que precisa ser feita o mais rápido possível. Então o que a gente pede aqui é parar de discurso e ir para a prática. Foi lá, chamou a população, chamou um monte de deputado federal, estadual, senador, fez o maior teatro político lá, que vai começar. Aí a população fica toda esperançosa, os deputados todos esperançosos também, e não faz a estrada, e não resolve o problema da estrada. Aí fala que o governo é diferente, que o governo vai ser isso, que o governo vai ser aquilo, que este governo é diferente. Está sendo igual a todos os governos. O que mudou? É só me falar o que mudou. Não mudou nada até agora. Se tivesse mudado, não teria vetado esse orçamento, e estaria fazendo a estrada. E quem perde com isso são os deputados? Quem perde com isso são os senadores? Quem perde com isso é o presidente? Não, quem perde com isso é quem mora na região, como o próprio Jean Freire disse aqui. Os produtos ficam mais caros.

Uma coisa que me chamou a atenção, que o Jean me mostrou, o Jean que é médico, foi passar um paciente de uma cidade para outra. Eu não tenho nada contra porco, acho que porco é animal, e tenho o maior respeito por qualquer tipo de animal, mas aquela estrada lá, do jeito que carrega as pessoas, os pacientes, Jean, parece que está carregando porco, entendeu? Então tem que haver respeito, tem que haver o mínimo de respeito por essas pessoas.

Então o que a gente pede aqui é que os 77 deputados, os 55 deputados federais, os 3 senadores... Eu sei que o Rodrigo Pacheco está empenhado, sei que o próprio Carlos Viana também está empenhado. O Anastasia não sei onde está. Eu não sei onde o Anastasia está. O Anastasia foi governador aqui de Minas Gerais, não tenho nada contra a pessoa dele, até acho que ele é um professor, tenho o maior respeito por todos os professores. Mas, como político, eu quero saber onde o Anastasia está. Onde está o Anastasia? Onde está ele? Mas aparece, no ano que vem, falando que ele vai vir para a reeleição. Mas vai haver osso duro para você ano que vem, Anastasia; vai haver osso duro para você ano que vem, você pode ter certeza disso. Sabe por quê? Por que onde está o senador? Onde está o Anastasia? Eu não entendo esses caras, oito anos para ser senador.

Eu quero só falar uma coisa aqui, gente: eu vou para a minha última eleição, se Deus quiser; só disputo mais uma eleição no ano que vem, porque eu acho que vou deixar a minha parcela de contribuição por ter ficado quase 10 anos na política. Se, em 10 anos, ele não conseguir resolver nada, não vai ser em 20, 30 anos... É igual a senador. Eles são senadores por 8 anos e estão falando que o Anastasia vai para a reeleição, para mais 8 anos. Gente, se ele não fez em 8 anos, se ele não fez como governador, se ele não terminou o hospital regional, que estava lá em Divinópolis, está a 10 anos parado, vai ser em mais 8 anos, como senador que ele vai

resolver, gente? Acabem com isso. Como é que pode ter 8 anos como senador e ainda haver reeleição para senador? Cadê os senadores, os deputados federais para fazerem um projeto? Senador já tem oito anos, gente. Oito anos já está bom demais. Eu queria aqui chamar a atenção dos senadores e também dos deputados federais. Gente, vamos mexer nos orçamentos dos três Poderes agora? Eu queria primeiro falar o seguinte: no ano que vem, há eleição, e queria aqui já deixar bem claro que, se eu vier com eleição – a minha última –, eu não vou usar o fundão eleitoral, o fundão partidário, que só afronta o povo brasileiro. A gente está falando aqui que não temos dinheiro para comprar vacina, que há hospital parado, mas, no ano que vem, há eleição para os caras gastarem dinheiro público, gastarem dinheiro do povo.

Eu queria chamar a atenção também do pessoal de enfermagem, que está pedindo um piso salarial, que eu acho que é de suma importância. Sabem por quê? A classe da enfermagem, Jean Freire, para mim, é uma das classes mais honradas que existem, pois são eles que cuidam dos pacientes. Já pensaram que, na maioria das vezes, um enfermeiro cuida de um paciente que já bateu nele, de um paciente que é ladrão, de um paciente que é esturpador, de um paciente que é bandido, de um paciente que talvez, durante a vida, fez uma falta de educação com ele, humilhou-o e ele tem que ir lá e cuidar desse paciente? Então, olhe a grandeza da profissão de enfermeiro. Agora eles estão pedindo um piso salarial, uma valorização da sua classe. Eles mostraram agora, durante a pandemia, que essa classe é uma classe honrada e que a gente precisa tanto da medicina quanto da enfermagem. Eles estão aí como voluntários, participando da vacinação em todo o Brasil. A gente viu o tamanho da importância que tem a enfermagem. Então, o que eles estão pedindo aqui tinha que ser para hoje. O pessoal da enfermagem já tinha que estar sendo valorizado.

Está lá, no Senado, para ser votado esse piso salarial, e isso vira novela, não é? Têm que negociar com o líder do governo, têm que negociar com o governo federal, mas aprovar o projeto, que é bom, não aprovam. Uma das desculpas é falar que não tem dinheiro. Eu queria mostrar para vocês aqui, gente, que eu sempre vou discordar quando falam que o País está quebrado, porque, se o País estivesse quebrado e não tivesse dinheiro, não haveria dinheiro para bancar político para fazer campanha. Esse é o primeiro passo. Se o País estivesse quebrado... Você pode perguntar para qualquer vereador, para qualquer prefeito, para qualquer deputado, para qualquer senador, para qualquer governador, para qualquer presidente se salário de político está atrasado. Não está atrasado; o meu caiu agora, no dia primeiro, e acredito que o salário de todos os políticos também caiu. Então, não venham com essa balela de que o País está quebrado. No dia em que eu vir que este país está quebrado será o dia em que eu vir que salário de político está atrasado. Sabem por quê? Porque falam que não têm dinheiro para pagar um piso, mas têm dinheiro para pagar auxílio-moradia para os deputados federais, que já têm apartamento funcional lá, dentro de Brasília, gente. Pensem que tapa na cara do povo brasileiro!

Eu estou falando aqui de um auxílio. Eu vou mostrar que tem dinheiro, que há como pagar o piso salarial para a enfermagem, porque a gente está falando aqui, gente, de auxílio-moradia, enquanto há prédios, apartamentos... Eu já estive lá e vi apartamento para deputado federal, que ainda tem a cara de pau de pedir auxílio-moradia. A mesma situação ocorre com os senadores. Nesses dias atrás, eles estavam reformando apartamento de senador; e vêm falar que não têm dinheiro para pagar a enfermagem?

Eu queria mostrar para vocês aqui o seguinte: eu, como deputado, posso falar porque virei deputado há dois anos. Só que a gente entrou aqui em fevereiro; então estou contando os vinte e sete meses em que estive aqui. Eu não usei o auxílio-moradia. Eu devolvi, nestes 27 meses, R\$107.000,00. Durante meus quatro anos, na hora em que eu terminar o mandato, eu terei devolvido R\$192.000,00. Então, poderia comprar uma casa com esse auxílio-moradia, enquanto há gente implorando, pedindo uma casa. Eu estou falando de mim. Aí vou falar para vocês aqui: são 584 parlamentares lá, no Congresso Federal. Então, o que eu quero dizer é o seguinte: são 513 deputados federais e 81 senadores, o que dá um total de 584. Desses 584, se eles usarem o auxílio-moradia serão R\$192.000,00, nos quatro anos. Você sabe quanto vai dar isso aí, multiplicando tudo nestes quatro anos? São R\$115.000.000,00. Como é que não têm dinheiro? Vocês estão entendendo? Durante os quatro anos darão R\$115.000.000,00. E aqui eu estou falando só dos senadores e dos deputados federais.

Eu queria falar aqui também do Judiciário, da turma da toga. Há muito juiz, há muita gente que ganha auxílio-moradia também. Esse valor chega a mais de R\$1.000.000.000,00. Então, como é que não têm dinheiro? Como é que este país está quebrado? Este país nunca esteve quebrado, este país sempre foi assim: em vez de devolver o dinheiro para o povo, o dinheiro fica para os três Poderes – Judiciário, Legislativo e Executivo. Aí ficam tratando político como rei. Parece que tem que colocar uma coroa para esse pessoal do Senado e esse pessoal do Congresso Federal; lembrando que eles, do Congresso Federal, tiveram a cara de pau – deve fazer uns três meses – de aumentar o auxílio-saúde; já tinham o auxílio-saúde de R\$70.000,00, e ele foi para R\$130.000,00.

Eu quero fazer essa pergunta ao povo brasileiro que está vendo agora aqui: o País está quebrado, gente? O País não consegue pagar um piso salarial para a enfermagem, para esse pessoal que vem servindo? Porque o Estado, que era para servir, não serve; acaba que nós é que somos servidos. Mas eu, não! Eu estou aqui para servir. Aí a enfermagem, que é para servir, está pedindo um piso salarial. O que é um piso salarial quando você paga um auxílio-saúde para deputados federais de R\$130.000,00? É um piso salarial, gente!

Então eu peço aqui a sensibilidade do Senado, do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, do Congresso Federal, dos 513 deputados federais, do presidente Bolsonaro para que deem o piso salarial para a enfermagem. O País não está quebrado, não! O País nunca foi quebrado. É só ter um pouquinho de consciência e fazer o seguinte: devolver o dinheiro para o povo. A gente está aqui é para isso: para governar para o povo e com o povo. Então vamos devolver o dinheiro para o povo. Muito obrigado, Sr. Presidente. É a minha fala de hoje.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n.ºs 7.812/2021, da Comissão de Administração Pública, 7.826, 7.829, 7.831, 7.833, 7.840 a 7.849, 7.851 a 7.853 e 7.855/2021, da Comissão de Educação, 7.827/2021, da Comissão da Pessoa com Deficiência, 7.828, 7.830, 7.832 e 7.834 a 7.839/2021, da Comissão de Saúde, e 7.857 a 7.863/2021, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões dos Direitos da Mulher – aprovação, na 2ª Reunião Extraordinária, em 4/5/2021, do Projeto de Lei n.º 984/2019, do deputado Bruno Engler, e dos Requerimentos n.ºs 4.903/2020, do deputado Coronel Henrique, e 6.424/2020, da Comissão de Direitos Humanos; e de Segurança Pública – aprovação, na 4ª Reunião Extraordinária, em 5/5/2021, dos Requerimentos n.ºs 7.709 a 7.711 e 7.728/2021, do deputado Sargento Rodrigues, 7.733/2021, do deputado Coronel Henrique e outros, e 7.742/2021, do deputado Doutor Jean Freire. (Ciente. Publique-se).

Votação de Requerimentos

O presidente – Requerimento n.º 549/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente pedido de informações consubstanciadas nos documentos que instruíram o processo

administrativo de licenciamento ambiental, solicitado pela AVG Empreendimentos Minerários, para a exploração de minério de ferro na Serra da Piedade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Bráulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Charles Santos (Republicanos) – Fernando Pacheco (PV) – Gláycan Franco (PV) – Gustavo Mitre (PSC) – Leninha (PT) – Osvaldo Lopes (PSD) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 15 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 550/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em manifestação de anuência do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, dos Municípios de Sabará e Caeté e do Conselho Estadual do Monumento Natural da Serra da Piedade para a concessão à AVG Empreendimentos Minerários da licença prévia, concomitante com a de instalação, para a exploração de minério de ferro na Serra da Piedade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Bráulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Charles Santos (Republicanos) – Fernando Pacheco (PV) – Gláycan Franco (PV) – Gustavo Mitre (PSC) – Leninha (PT) – Osvaldo Lopes (PSD) – Raul Belém (PSC) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 17 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 550/2019 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 551/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas nos documentos que instruíram o processo da Ação Civil Pública nº 2005.38.00.038724-5, da 15ª Vara da Justiça Federal de 1º Grau em Minas Gerais. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Bráulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Charles Santos (Republicanos) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Gláycan Franco (PV) – Gustavo Mitre (PSC) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Osvaldo Lopes (PSD) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 17 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 553/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os motivos pelos quais o processo de análise de concessão de licença prévia foi alterado para processo de licença prévia concomitante com a licença de instalação, sem que houvesse pedido de anuência para essa fase ou estudos complementares que abrangessem a etapa de implantação do empreendimento

da AVG Empreendimentos Minerários, na Serra da Piedade, decorrente do Processo Administrativo nº 00151/1987/015/2013, do Conselho Estadual de Política Ambiental. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Charles Santos (Republicanos) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Gustavo Mitre (PSC) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Osvaldo Lopes (PSD) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 17 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 555/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o cumprimento das condicionantes para a concessão da licença prévia, concomitante com a de instalação, pela Câmara de Atividades Minerárias do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais, referente ao processo administrativo de licenciamento ambiental da AVG Empreendimentos Minerários, no Município de Sabará, decorrente do acordo judicial firmado nos autos da Ação Civil Pública nº 2005.38.00.038724-5, da 15ª Vara da Justiça Federal de 1º Grau em Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Charles Santos (Republicanos) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Gustavo Mitre (PSC) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Sávio Souza Cruz (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 14 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 927/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a situação dos candidatos que, em virtude da suspensão do concurso público para admissão ao curso de formação de soldados para o ano de 2019, alcançarão a idade limite prevista em edital, uma vez que, com a suspensão do concurso, aqueles que se classificaram, participaram do concurso e se encontram no limite de idade prevista no edital, questionam sobre os requisitos legais para ingresso no Curso de Formação de Soldados da PMMG, previstos no art. 5º da Lei nº 5.301, de 16/10/1969, constante do item 2, 2.1. – “são requisitos legais para ingresso no Curso de Formação de Soldados da PMMG: (...) alínea d) ter entre 18 (dezoito) e 30 (trinta) anos de idade na data da inclusão, prevista para o dia 11 de fevereiro de 2019 para os candidatos às vagas para BH/RMBH e dia 20 de maio de 2019 para os candidatos do interior”. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Charles Santos (Republicanos) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Gustavo Mitre (PSC) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Osvaldo Lopes (PSD) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 17 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 927/2019 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 2.421/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os custos de implantação e manutenção do Diário Escolar Digital, os defeitos apresentados pelo sistema, as medidas adotadas pela secretaria para a solução desses problemas e o plano de ação para implementação de melhorias no sistema. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Charles Santos (Republicanos) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Gustavo Mitre (PSC) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 17 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 2.467/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações consubstanciadas no levantamento de todos os imóveis de propriedade do Estado atualmente sem uso por qualquer órgão, entidade ou secretaria, com o endereço de cada imóvel e o motivo de estar sem uso. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Charles Santos (Republicanos) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Gustavo Mitre (PSC) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Osvaldo Lopes (PSD) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Ulysses Gomes (PT).

O presidente – Votaram “sim” 18 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 2.467/2019 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 3.814/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a estimativa de pessoas que a medida contida no Projeto de Lei nº 545/2019, que dispõe sobre o envio do contracheque dos servidores públicos aposentados do Estado para as suas residências, poderia alcançar, bem como sobre o respectivo impacto financeiro decorrente da sua implementação, levando em consideração os seguintes públicos: os aposentados do Estado, civis e militares; os aposentados do Estado com idade igual ou superior a 60 anos, civis e militares; e os pensionistas do Estado com idade igual ou superior a 60 anos, incluindo os pensionistas de militares. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Charles Santos (Republicanos) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Gustavo

Mitre (PSC) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Osvaldo Lopes (PSD) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Ulysses Gomes (PT).

O presidente – Votaram “sim” 17 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 3.874/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a utilização dos imóveis de propriedade do Estado, os dados das contas de energia bem como do registro do “status” desses imóveis, se eles são utilizados ou não e com qual finalidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Bráulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Charles Santos (Republicanos) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Gustavo Mitre (PSC) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Osvaldo Lopes (PSD) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 16 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 4.979/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre o plano de investimentos do governo para a Fhemig e a saúde em geral, especificando-se quais as metas para compensar os valores gastos abaixo da determinação constitucional; o início de tal plano; o prazo de execução; e as tarefas a serem realizadas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Bráulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Charles Santos (Republicanos) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Osvaldo Lopes (PSD) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 15 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 4.979/2020 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 7.268/2021, dos deputados Professor Cleiton, Sávio Souza Cruz e João Vítor Xavier, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre o cálculo do retorno de investimento em relação às operações da partição na Renova, até a data da sua efetiva venda, o fluxo de dinheiro que essa empresa colocou e o que recebeu nessas operações, com valores devidamente corrigidos por índices oficiais, especialmente pelo IPCA. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Bráulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Charles Santos (Republicanos) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Gustavo

Mitre (PSC) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Osvaldo Lopes (PSD) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 16 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 6, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/3/2021

Às 15h57min, comparecem à reunião os deputados Celinho Sintrocel, André Quintão e Betão, membros da supracitada comissão. Estão presentes também, de forma remota, os deputados Sávio Souza Cruz, Marquinho Lemos, Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Ulysses Gomes, Gustavo Santana, Charles Santos, Bernardo Mucida e Zé Reis. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado André Quintão, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da comissão nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a eleger presidente e vice-presidente da comissão. Registram-se as candidaturas do deputado Celinho Sintrocel para presidente e do deputado Douglas Melo para vice-presidente. Submetidos à votação nominal, são eleitos, por unanimidade os deputados Celinho Sintrocel como presidente e o deputado Douglas Melo como vice-presidente. O presidente *ad hoc*, deputado André Quintão, declara empossado como presidente o deputado Celinho Sintrocel, a quem passa a condução dos trabalhos. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2021.

Andréia de Jesus, presidente – André Quintão – Betão.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/3/2021

Às 14h10min, comparecem à reunião as deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus e Leninha, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Mauro Tramonte. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social (16/1/2021, 26/1/2021 e 4/2/2021); Ana Maria Soares Valentini, secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (16/1/2021); Rosa Maria da Silva Reis, secretária de Estado adjunta de Educação (17/9/2020 e 16/1/2021); Maria Gláucia Costa Brandão, secretária municipal interina de Governo de Ribeirão das Neves (26/1/2021); e Paula Cunha e Silva, superintendente adjunta da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (27/8/2020); e dos Srs. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo (6/10/2020); Pedro Calixto Alves de Lima, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (25/9/2020); Ricardo Hernane Lacerda Gonçalves de Oliveira, corregedor do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais (10/10/2020); Wagner Pinto de Souza, delegado-geral da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (12/11/2020, 4/12/2020, 12/11/2020 e 5/11/2020); Igor Eto, secretário de Estado de Governo (7/11/2020 e 14/11/2020); Cel. Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral do Polícia

Militar de Minas Gerais (29/10/2020); e Marcel Dornas Behhni, secretário-geral adjunto do Estado (26/1/2021). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.378/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Presidência do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais pedido de informações sobre as farmácias que aderiram à campanha Sinal Vermelho, contra a violência doméstica e familiar contra a mulher, no Estado;

nº 7.379/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que seja divulgada, no âmbito do Poder Executivo, a campanha Sinal Vermelho, contra a violência doméstica e familiar contra a mulher, promovida pela Associação dos Magistrados do Brasil – AMB –, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ –, e que os depoimentos de mulheres que foram salvas pela campanha sejam exibidos nos órgãos de comunicação do Estado, especialmente no canal de televisão Rede Minas;

nº 7.580/2020, das deputadas Andréia de Jesus e Leninha, em que requerem seja realizada audiência pública para debater justiça reprodutiva e violência obstétrica no Estado;

nº 7.616/2020, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao advogado Cláudio Gastão da Rosa Filho por deturpar fatos relativos a um crime de estupro, com base em acusações misóginas, expondo a vítima a sofrimento e humilhação;

nº 7.617/2020, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao juiz Rudson Marcos por deturpar fatos relativos a um crime de estupro, com base em acusações misóginas, expondo a vítima a sofrimento e humilhação;

nº 7.618/2020, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao promotor de justiça Thiago Carriço de Oliveira, por deturpar fatos relativos a um crime de estupro, com base em acusações misóginas, expondo a vítima a sofrimento e humilhação;

nº 8.102/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o incentivo ao aleitamento materno, previsto na Lei nº 13.964, de 2001;

nº 8.103/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o papel da mulher na agricultura familiar e os impactos para as mulheres e para essa atividade em caso de fusão da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – Emater;

nº 8.177/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre a alienação parental;

nº 8.190/2021, das deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Leninha e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o movimento Levante Feminista contra o Feminicídio, em razão dos altos índices de violência contra as mulheres registrados durante o período de pandemia.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2021.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/4/2021

Às 10h5min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Laura Serrano e os deputados Betão e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação (26/11/2020 e 25/2/2021(3)); Rosa Maria da Silva Reis, secretária-adjunta de Estado de Educação (16/1/2021(18) e 26/1/2021(2)); Lavinia Rosa Rodrigues, reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais (16/1/2021); e Tania Maria de Souza Toledo, secretária da Prefeitura Municipal de Uberlândia (30/1/2021); e dos Srs. Fernando Passalio de Avelar, secretário-adjunto de Estado de Desenvolvimento Econômico (16/1/2021); e Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo (26/1/2021). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º Turno, do Projeto de Lei nº 1.042/2019, na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); pela aprovação, no 1º Turno, do Projeto de Lei nº 703/2019, na forma do Substitutivo nº 2 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); e pela aprovação, no 1º Turno, do Projeto de Lei nº 2.208/2020, na forma do Substitutivo nº 2 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação nominal, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.598/2020 e 7.135/2020. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação nominal, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.039/2020, do deputado André Quintão, em que requer seja realizada audiência pública para debater as novas bases legais do Fundeb e a inserção dos assistentes sociais e psicólogos nas equipes multiprofissionais da educação básica;

nº 8.067/2021, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a capacidade técnico-científica da Fundação Ezequiel Dias – Funed – para desenvolver e produzir vacinas contra a covid-19 e elucidar as circunstâncias do fracasso das negociações entre o governo de Minas e a farmacêutica Sinopharm para a produção dos imunizantes;

nº 8.076/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o pleito de aposentadoria especial para os especialistas em educação básica, conforme disposto no art. 40, § 5º, da Constituição Federal, bem como a necessidade de inclusão do nível de certificação na estrutura dessa carreira, conforme estabelecido na Lei nº 21.710, de 30 de junho de 2015, que dispõe sobre a política remuneratória das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo;

nº 8.079/2021, do deputado Bartô, em que requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade e a urgência do retorno às aulas presenciais;

nº 8.086/2021, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a aquisição de 780 conjuntos de carteiras escolares para a Escola Estadual Professor Samuel João de Deus, localizada no Município de Paula Cândido;

nº 8.091/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que não ocorra qualquer processo de municipalização na Escola Estadual São Domingos, localizada no Distrito de São Pedro do Passa Três, no Município de Buritis, tendo em vista o posicionamento contrário do colegiado escolar e dos profissionais da escola, além da ausência de consulta prévia à comunidade escolar da região;

nº 8.092/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o processo de municipalização da Escola Estadual São Domingos, localizada no Distrito de São Pedro do Passa Três do Município de Buritis, tendo em vista a ausência de consulta prévia à comunidade escolar da região;

nº 8.108/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater os resultados provenientes da gestão da busca ativa na educação em face dos índices exponenciais de evasão escolar decorrente da pandemia de covid-19;

nº 8.123/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que o governo de Minas avance no processo de vacinação da população em todas as regiões do Estado antes de oficializar a retomada das aulas presenciais e que adote medidas para viabilizar as condições de segurança sanitária para um retorno seguro das atividades presenciais, como: controle da pandemia, com a massificação da vacinação; plano de testagem no local de trabalho para identificar e isolar possíveis casos, impedindo maior propagação do vírus; adaptações estruturais adequadas que permitam ventilação e distanciamento nas escolas; e destinação de recursos para cumprimento de protocolos rígidos por parte das escolas;

nº 8.124/2021, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que sejam priorizados os processos de remoção de servidores na área da educação no Estado, medida de extrema importância para a diminuição da propagação dos casos de covid-19, já que possibilita a esses profissionais trabalhar mais próximos das suas residências evitando a utilização de transporte público e diminuindo os riscos de infecção;

nº 8.134/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação pedido de providências com vistas a que seja apresentado estudo técnico, validado e referendado pela comunidade acadêmica, justificando o lançamento do edital do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD – 2023, publicado no *Diário Oficial da União*, em 12 de fevereiro, o qual altera as regras para produção das obras didáticas de português e matemática, destinadas aos alunos da rede pública brasileira, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental; sejam apresentadas, especificamente, a justificativa e a necessidade das alterações realizadas, bem como da retirada do trecho “compromisso educacional com a agenda da não violência contra a mulher” e de expressões como “democráticos” e “respeito à diversidade”, presentes no edital anterior, lançado em 2019; sejam apresentados os motivos da exclusão de termos envolvendo conceitos como a “abordagem negativa da mulher” e “do racismo”, em anos básicos; e seja informado se houve uma consulta pública para elaboração desse edital e ampla discussão com a sociedade sobre essa proposta de modificação;

nº 8.135/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação pedido de providências para suspensão do edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático 2023 – PNLD 2023 –, nos termos de sua publicação no *Diário Oficial da União*, em 12 de fevereiro, visto que as alterações propostas ferem diretamente as políticas de valorização da diversidade sociocultural e regional brasileira, além de não garantirem uma formação coerente com os princípios norteadores e as diretrizes do próprio PNLD, que estabelecem a valorização de condutas éticas e democráticas;

nº 8.136/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação e à Universidade do Estado de Minas Gerais pedido de providências para, reiterando-se o teor do Requerimento em Comissão nº 10.645/2017 (Requerimento nº 9.448/2017), seja apreciada a solicitação da Sra. Ana Paula de Fátima Coelho quanto à possibilidade de exercer suas funções na unidade da Uemg da cidade de Passos, uma vez que cumpriu o período de estágio probatório;

nº 8.138/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que sejam reparados, em caráter de urgência, os erros no *site* ou no sistema destinado ao cadastro dos professores em designação para contratação temporária na rede pública estadual de educação, que, conforme, relato de usuários de diversas regiões, vem apresentando problemas ligados a falta de informação do cargo, ausência de dados relacionados a vaga, de ser ou não

para substituição, prazo total da permanência da designação, oferta de vagas que não existem e também erros nos quadros de horários, uma vez que tais problemas podem prejudicar o processo de cadastramento de muitos professores;

nº 8.163/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SES – pedido de providências para a imediata revogação da Resolução Conjunta Seplag/SEE nº 10.308, de 26 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre convocação de profissionais e contratação temporária para exercício na rede estadual de educação básica da SES;

nº 8.171/2021, do deputado Betão e das deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os impactos da criação do Centro Mineiro de Controle de Doenças, Ensino e Vigilância em Saúde Ezequiel Dias – CMC –, as consequências e impactos para o desenvolvimento da pesquisa na área de saúde e as implicações da fusão da Escola de Saúde Pública para o Estado;

nº 8.187/2021, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre denúncias segundo as quais tem sido orientada a contratação de apenas um professor de apoio para cada turno em cada unidade escolar do Estado, esclarecendo-se se esta é uma orientação dessa secretaria e apresentando-se os estudos técnico-pedagógicos que fundamentam tal decisão, sobretudo a partir das disposições constantes do art. 4º, III, da Lei nº 9.394, de 1996;

nº 8.194/2021, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências com vistas à liberação de recursos financeiros para obras de reforma e ampliação da Escola Estadual Padre Pedro Thysen, no Município de Piedade dos Gerais;

nº 8.195/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a equipe de pesquisadoras e pesquisadores do CT-Vacinas, resultado de uma importante parceria estabelecida entre a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, o Instituto René Rachou da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz-Minas – e o Parque Tecnológico de Belo Horizonte – BH-TEC –, pela importância do trabalho realizado no desenvolvimento de novas tecnologias ligadas à produção de *kits* de diagnóstico e vacinas contra doenças humanas e veterinárias, notadamente as recentes pesquisas para o desenvolvimento da vacina brasileira contra a covid-19;

nº 8.196/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Fundação Ezequiel Dias – Funed –, no Município de Belo Horizonte, para que seja verificada a situação atual da instituição referente às pesquisas, tendo em vista a sua capacidade de produção de medicamentos e vacinas, notadamente as pesquisas em desenvolvimento para a produção da vacina contra a covid-19;

nº 8.197/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que não ocorra processo de municipalização na Escola Estadual Dr. Afonso Pena Júnior, fundada em 1922, na cidade de Sacramento, tendo em vista o abaixo-assinado realizado pela comunidade escolar, que contou com mais de 1.500 assinaturas contrárias ao processo de municipalização, o que demonstra a extrema importância da referida unidade escolar;

nº 8.200/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Educação de Betim pedido de providências para que sejam nomeados os candidatos aprovados no concurso público constante do Edital de Abertura nº 001/2019, homologado em 23/12/2020, tendo em vista a existência de inúmeros cargos vagos nessa secretaria;

nº 8.201/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que não ocorra o processo de municipalização da Escola Estadual Deputado João De Almeida, localizada no Município de Pedra Azul, considerando-se a ausência de consulta prévia à comunidade escolar da região;

nº 8.204/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação da rede municipal de ensino de Ipatinga, tendo em vista o retorno presencial das atividades educacionais no atual momento grave de pandemia de covid-19;

nº 8.205/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação da rede municipal de ensino de Sarzedo, tendo em vista o retorno presencial das atividades educacionais neste grave momento de pandemia de covid-19;

nº 8.206/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Educação de Contagem pedido de providências para que seja dada continuidade ao processo de chamamento e contratação dos aprovados no Processo Seletivo Simplificado do Edital PMC nº 04/2020 para essa secretaria, tendo em vista a existência de cargos vagos ainda pendentes de preenchimento na rede municipal de ensino;

nº 8.207/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convidada a Sra. Júlia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, para debater os problemas do processo de contratação, para o ano de 2021, de profissionais para os cargos de PEB – Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas, Intérprete de Libras, Guia Intérprete, que atuam na educação especial na rede estadual de ensino;

nº 8.208/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os problemas e irregularidades do processo de contratação temporária e convocação de profissionais da educação básica na rede estadual de ensino para 2021, para a qual seja convidada a secretária de Estado de Educação;

nº 8.211/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para seja apresentado cronograma detalhado com o planejamento das nomeações dos candidatos aprovados no concurso de que trata o Edital SEE 07/2017, em vigor, tendo em vista a existência de inúmeros cargos vagos na rede estadual pública de ensino;

nº 8.213/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que a Secretaria de Estado de Educação – SEE – reveja a utilização da plataforma Google Classroom pelos estudantes da rede estadual de educação, visto que ela já apresenta problemas de conectividade, conforme relatos feitos pelos alunos, pais e responsáveis, nas redes sociais da SEE, bem como para que o governo de Minas faça um programa de testes digitais antes de qualquer lançamento de novos *sites* ou aplicativos e que tal programa seja testado pelo público-alvo e o resultado de efetividade seja publicado no *site* oficial do governo (www.governo.mg.gov.br), e para que seja criada uma central de atendimento para solucionar e registrar os problemas envolvendo o acesso digital pelos estudantes e suas famílias;

nº 8.214/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja revisado o Memorando Circular nº 2/2021, publicado por essa pasta, uma vez que houve uma readequação no processo e no chamamento dos profissionais da educação inclusiva no Estado, para atender ao Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde da Covid-19, mas que, na prática, a falta de clareza no texto faz com que haja brecha para a não contratação da quantidade necessária de profissionais de apoio, visto que, no texto do documento, publicado em 4 de março, há a previsão de chamamento de 10 profissionais para até 24 alunos, número bem abaixo do esperado, pois cada aluno pode estar em salas diferentes, necessitando de atenção especial para assimilação do conteúdo, e requer também que seja publicado novo memorando, garantindo o atendimento dos estudantes, de acordo com as condições estabelecidas no art. 27 da Resolução nº 4.256, de 2021, publicado pela própria SEE, onde fica claro que o professor só pode atender a três estudantes na mesma turma;

nº 8.215/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que essa pasta revogue, imediatamente, a decisão de fechamento da Escola Estadual Estevão de Oliveira, em Juiz de Fora, uma vez que ocorre de maneira arbitrária e unilateral, sem qualquer discussão prévia com a direção escolar, com os professores, demais servidores e com a comunidade escolar, que serão diretamente afetados com essa decisão, e promova, através da Superintendência Regional de Ensino, reunião com toda a comunidade, mesmo que remotamente, para apresentar as devidas explicações que orientaram essa decisão;

nº 8.219/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para apurar e debater denúncias recebidas pela comunidade escolar do Centro Interescolar de Cultura Arte Linguagens e Tecnologias – Cicalt – sobre as ações adotadas pela Secretaria de Estado de Educação que descaracterizam os objetivos principais da escola;

nº 8.223/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam nomeados e empossados os candidatos aprovados no concurso previsto no Edital nº 7/2017, para o cargo de professor de educação básica de Sociologia, na regional de Leopoldina, no Município de Cataguases;

nº 8.224/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o protocolo de saúde estabelecido para a volta às aulas presenciais no Estado, anunciado pela Secretaria de Estado de Educação;

nº 8.271/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que disponibilize os recursos necessários para a realização de obras emergenciais de recuperação da Escola Estadual Emília Esteves Marques, localizada no Município de Carangola, bem os equipamentos e materiais didáticos necessários para o funcionamento da escola, tendo em vista os grandes estragos provocados pelas chuvas que atingiram o município no dia 19/2/2021;

nº 8.272/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que não ocorra processo de municipalização da Escola Estadual Sinhana Borges, localizada na cidade de Sacramento, tendo em vista a ausência de consulta prévia à comunidade escolar da região;

nº 8.273/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita ao secretário de Estado de Governo para discutir os repasses financeiros às escolas das famílias agrícolas do Estado, para a qual seja convidada a secretária de Estado de Educação;

nº 8.274/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Educação de Betim pedido de providências para seja tornado sem efeito o processo de Chamamento Público nº 001/2021, em vigor, que trata do processo de oferta e contratação de serviços da rede municipal de ensino por intermédio de contrato de gestão a partir do credenciamento de organizações sociais para a prestação de serviços de operacionalização, gerenciamento, execução e apoio escolar às instituições de ensino municipais;

nº 8.275/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Fundação Oswaldo Cruz pela importante iniciativa de criação do programa Unidos contra a Covid-19, que disponibilizou ao sistema público de saúde do Estado do Amazonas cinco usinas de produção de oxigênio, que ficarão como um legado para o estado, fortalecendo a infraestrutura do Sistema Único de Saúde – SUS – e as ações frente à pandemia de covid-19;

nº 8.328/2021, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os motivos do fechamento da Escola Estadual Estêvão de Oliveira, em Juiz de Fora;

nº 8.393/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que não ocorra o processo de municipalização dos anos iniciais do ensino fundamental das Escolas Estaduais Joelma Alves de Oliveira e José Amâncio dos Santos, ambas localizadas no Município de Igarapé, tendo em vista a importância das referidas escolas e a ausência de consulta prévia à comunidade escolar da região;

nº 8.400/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a atual situação da Escola Estadual Desembargador Rodrigues Campos, situada no Barreiro, em Belo Horizonte, por se tratar de relevante unidade escolar que conta com mais de 67 anos de existência;

nº 8.428/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o processo de escolha da Escola Municipal Hilda Leão Carneiro, situada no Município de Uberlândia, para o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, sem o devido debate prévio com a comunidade escolar;

nº 8.442/2021, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos causados pela pandemia na educação em Minas Gerais e apresentar os resultados da segunda edição da consulta pública do Fórum Estadual Permanente de Educação de Minas Gerais – Fepemg – sobre o retorno presencial às aulas no Estado;

nº 8.444/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – Conape 2022 – no Estado;

nº 8.446/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o projeto Mãos Dadas, anunciado pelo governador do Estado e pela secretária de Estado de Educação, tendo em vista que o referido projeto não foi debatido previamente e de forma ampla com toda a comunidade escolar;

nº 8.447/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do projeto Mãos Dadas, anunciado pelo governo do Estado e pela Secretaria de Estado de Educação para a comunidade escolar do Município de Betim, visto que o projeto atingirá mais de 50% das escolas estaduais da cidade;

nº 8.454/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita ao Centro Técnico de Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – para acompanhar o excepcional trabalho dessa instituição no desenvolvimento de novas tecnologias ligadas à produção de *kits* de diagnóstico e vacinas contra doenças humanas e veterinárias, principalmente no que diz respeito ao processo de evolução da vacina contra a covid-19;

nº 8.465/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a taxaço dos livros e o direito à educação e à cultura;

nº 8.466/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a retomada dos cursos de graduação em farmácia e odontologia no Município de Ouro Fino, com a instalação de um câmpus avançado da Universidade Federal de Alfenas – Unifal –, conforme a Moção de Apelo nº 011/2021, aprovada em 19 de abril de 2021 pela Câmara Municipal de Alfenas, tendo em vista que a expansão dessa universidade poderá trazer inúmeros benefícios ao referido município, à região Sul de Minas e ao interior do Estado de São Paulo;

nº 8.477/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para seja dada continuidade ao processamento dos pedidos de aposentadoria dos servidores da educação básica do com a incorporação do abono de que trata o art. 8º da Lei nº 21.710, de 2015, nos proventos para todos os fins de direito;

nº 8.532/2021, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao deputado federal Ricardo Barros pela manifestação desrespeitosa e injusta em relação às professoras e professores de todo o País ao dizer que "só professor não quer trabalhar na pandemia";

nº 8.533/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o retorno das aulas de forma presencial na educação infantil da rede municipal de Belo Horizonte;

nº 8.534/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulada manifestação de apoio aos profissionais da educação infantil da rede municipal de Belo Horizonte pela deflagração da greve por causa do retorno das aulas presenciais no atual contexto da pandemia da covid-19, tendo em vista que o movimento visa à proteção da saúde de toda a comunidade escolar;

nº 8.535/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a importância da Fundação Ezequiel Dias – Funed – e os impactos causados pelo Projeto de Lei nº 2.509, de 2021, de autoria do governador do Estado, que cria o Centro Mineiro de Controle de Doenças, Ensino, Pesquisa e Vigilância em Saúde Ezequiel Dias e altera as Leis nºs 22.257, de 27 de junho de 2016, e 23.304, de 30 de maio de 2019.

É recebido pela presidência, submetido a votação e rejeitado o Requerimento nº 8.436/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e aos demais membros do Comitê Extraordinário Covid-19 de Minas Gerais pedido de providências para que seja apreciado com especial atenção o expediente advindo da Câmara Municipal de Ouro Fino, no qual se pleiteia a qualificação das atividades educacionais como essenciais durante a pandemia, respeitadas as recomendações sanitárias pertinentes e o direito de opção dos pais pela eventual modalidade a distância.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Betão – Professor Cleiton.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/4/2021

Às 14h15min, comparecem à reunião a deputada Celise Laviola (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BMSM) e os deputados Professor Wendel Mesquita e Zé Guilherme, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Wendel Mesquita, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* em 16/4/2021: ofícios dos Srs. Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, e Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 816/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.112/2021, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja realizada visita a Escola Estadual Doutor Amaro Neves Barreto, em Belo Horizonte, para verificar suas condições estruturais e de ensino;

nº 8.113/2021, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja realizada visita ao Hospital Risoleta Tolentino Neves, em Belo Horizonte, para verificar suas condições estruturais e de atendimento aos pacientes;

nº 8.146/2021, do deputado Roberto Andrade, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a Semana Estadual da Síndrome de Down, oportunidade em que será entregue diploma referente ao voto de congratulações com o Sr. Alisson Ramos de Oliveira, conhecido também como Barão;

nº 8.464/2021, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a inclusão, na lista de prioridades na vacinação contra a covid-19, das pessoas com deficiência, com doenças raras e com síndrome de Down, dos indivíduos dentro do espectro autista, tendo em vista as limitações que têm para seguir os protocolos de prevenção;

nº 8.529/2021, do deputado Doutor Wilson Batista, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde e ao ministro da Saúde pedido de providências para que seja antecipada a vacinação contra a covid19 das pessoas com deficiência entre os grupos prioritários.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2021.

Professor Wendel Mesquita, presidente – Zé Guilherme – Ana Paula Siqueira – Doutor Paulo.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/4/2021

Às 15h33min, comparecem à reunião as deputadas Andréia de Jesus e Leninha e o deputado Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andreia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que considera aprovada, e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão; e, a seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Luciana Sales Paixão, do Centro de Referência em Direitos Humanos Norte, encaminhando ocorrência recebida por essa instituição, referente a suposta violação de direitos humanos ocorrida em Montes Claros, por cidadã desse município.

Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Agostinho Gomes de Azevedo, corregedor-geral de justiça do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (16/4/2021); Guilherme Augusto Duarte de Farai, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (29/10/2020); Cristiane Schwanka, diretora de relacionamento da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (5/11/2020); Rodrigo Alberto Azevedo Couto, coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público do Ministério Público de Minas Gerais (19/11/2020); Igor Eto, secretário de Estado de Governo (6/3/2021); Carlos Eduardo Tavares de Castro, diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (26/1/2021); e Guilherme de Souza Barcelos, diretor de acompanhamento legislativo em exercício da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (11/3/2021). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.276/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulada manifestação de repúdio às agressões sofridas pelo repórter fotográfico do jornal “Estado de Minas” no exercício de suas funções profissionais, em 15/3/2021, enquanto cobria uma manifestação de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro contra medidas de distanciamento social em Belo Horizonte para enfrentar a pandemia de covid-19;

nº 8.448/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos sociais e ambientais da construção do rodoanel na vida das famílias que moram na Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 8.459/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater ações relativas à política de armas do país, os riscos de violações dos direitos humanos, como à vida e à integridade física, as possibilidades de redução da violência e a garantia da segurança cidadã no Estado;

nº 8.469/2021, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário – CAO-DH – pedido de providências com vistas a que seja assegurada a proteção dos cidadãos do Município de Divinópolis, Sra. Lohanna França, vereadora, Sr. Warlon Carlos Elias, presidente do Conselho Municipal de Saúde, e Sra. Laiz Soares, ex-candidata à prefeitura desse município, que estão sendo alvos de ameaças e intimidações em decorrência de *fakenews*;

nº 8.470/2021, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências com vistas ao acompanhamento e à prestação de auxílio às autoridades competentes na investigação dos ataques e ameaças recentemente sofridos pelos cidadãos do Município de Divinópolis, Sra. Lohanna França, vereadora, Sr. Warlon Carlos Elias, presidente do Conselho Municipal de Saúde, e Sra. Laiz Soares, ex-candidata à prefeitura desse município;

nº 8.471/2021, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Delegacia Regional de Polícia Civil em Divinópolis pedido de providências com vistas ao acompanhamento e à prestação de auxílio às autoridades competentes na

investigação dos ataques e ameaças recentemente sofridos pelos cidadãos do Município de Divinópolis, Sra. Lohanna França, vereadora, Sr. Warlon Carlos Elias, presidente do Conselho Municipal de Saúde, e Sra. Laiz Soares, ex-candidata à prefeitura desse município;

nº 8.472/2021, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Delegacia Especializada em Investigação de Crime Cibernético da Polícia Civil de Minas Gerais e à Coordenadoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos – Coeciber – do Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências com vistas à investigação dos ataques sofridos, por meio de *fakenews*, pelos cidadãos do Município de Divinópolis, Sra. Lohanna França, vereadora, Sr. Warlon Carlos Elias, presidente do Conselho Municipal de Saúde, e Sra. Laiz Soares, ex-candidata à prefeitura desse município;

nº 8.528/2021, da deputada Leninha, em que requer seja realizada audiência pública para debater a violação dos direitos humanos dos imigrantes no Estado;

nº 8.530/2021, da deputada Leninha e do deputado André Quintão, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Lei nº 22.806, de 2017 – e as violações do direito humano a alimentação adequada durante a pandemia de covid-19.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2021.

Andréia de Jesus, presidente – Leninha – Marquinho Lemos.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS FURA-FILAS DA VACINAÇÃO, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/5/2021

Às 14h10min, comparecem à reunião os deputados João Vítor Xavier, Ulysses Gomes, Cássio Soares, Hely Tarquínio, Noraldino Júnior, Repórter Rafael Martins e Guilherme da Cunha, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Celise Laviola e os deputados Carlos Pimenta, Sargento Rodrigues, Inácio Franco, Zé Guilherme, Mauro Tramonte, Professor Cleiton, Fernando Pacheco e Zé Reis. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Vítor Xavier, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes, e determina a anexação das respectivas notas taquigráficas. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, ouvir o Sr. João Márcio Silva de Pinho, ex-chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Saúde – SES –, que prestará depoimento perante esta comissão na condição de investigado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa o Sr. João Márcio Silva de Pinho, ex-chefe de gabinete da SES. A presidência concede a palavra ao convocado para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos deputados membros da comissão, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. Estão presentes os deputados João Vítor Xavier, Ulysses Gomes, Guilherme da Cunha, Cássio Soares e Hely Tarquínio. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.593/2021, dos deputados Cássio Soares, João Vítor Xavier e Repórter Rafael Martins, em que requerem sejam requisitadas à Gerência Regional de Saúde de São João del-Rei informações, no prazo de cinco dias úteis, relativas a todos os servidores dessa gerência que tenham sido vacinados contra a covid-19, com a sua matrícula ou outro identificador, idade, local de trabalho, regime de trabalho (presencial ou em *home office*), ainda que parcial, funções, a data de recebimento da primeira e da

segunda dose (se for o caso) e a categoria de prioridade do servidor para a vacinação, conforme o Memorando-Circular nº 6/2021/SES/SUBVS;

nº 8.599/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam requisitadas à Secretaria de Estado de Saúde informações, no prazo de cinco dias úteis, sobre o cronograma de vacinação das forças de segurança pública de Minas Gerais, conforme o percentual de 6% estabelecido no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, bem como sobre o quantitativo de servidores que foram vacinados até o dia 14 de abril de 2021, além do quantitativo de servidores contemplados com o lote de vacinas encaminhado ao Estado em 16 de abril de 2021, no montante 701.200 doses, o quantitativo de servidores contemplados com o lote encaminhado ao Estado em 30 de abril de 2021, no montante de 589.700 doses, e o quantitativo de servidores contemplados com o lote encaminhado ao Estado em 3 de maio de 2021, no montante de 726.560 doses, discriminando-se, ao final, o quantitativo, por categoria, que compõe as forças de segurança pública, dos servidores que foram vacinados até o presente momento;

nº 8.600/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam requisitadas à Secretaria de Estado de Saúde informações, a serem prestadas no prazo de cinco dias úteis, sobre o nome e o cargo do servidor cujo *e-mail* institucional é referido no item 4 do Memorando-Circular nº 7/2021/SES/SUBVS.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2021.

João Vítor Xavier, presidente – Ulysses Gomes – Cássio Soares – Roberto Andrade – Repórter Rafael Martins – Sargento Rodrigues – Zé Guilherme.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS FURA-FILAS DA VACINAÇÃO, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/5/2021

Às 9h13min, comparecem à reunião os deputados João Vítor Xavier, Ulysses Gomes, Cássio Soares, Repórter Rafael Martins, Roberto Andrade, Sargento Rodrigues e Zé Guilherme, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Carlos Pimenta, Cristiano Silveira, Fernando Pacheco e Guilherme da Cunha. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Vítor Xavier, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes e determina a anexação das respectivas notas taquigráficas. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, ouvir as Sras. Virgínia Cornélio da Silva, ex-assessora-chefe de Comunicação Social da Secretaria de Estado de Saúde, e Janaína Fonseca Almeida, diretora de Vigilância de Agravos Transmissíveis da Secretaria de Estado de Saúde, que prestarão depoimento perante a comissão, na condição de investigadas. A seguir, comunica o recebimento de ofícios do Srs. Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas aos Requerimentos em Comissão nºs 8.456, 8.457, 8.460/2021 e ao Ofício 48/2021/CPT. A presidência registra a presença da Sra. Josely Ramos Pontes, promotora de justiça de Defesa da Saúde de Belo Horizonte. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. Primeiramente, a presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Janaína Fonseca Almeida, diretora de Vigilância de Agravos Transmissíveis da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, acompanhada de seu advogado, Dr. Daniel Evangelista Vasconcelos Almeida. A presidência concede a palavra à convocada, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos deputados membros da comissão, para que façam seus questionamentos. Em seguida, o presidente prorroga a duração da reunião por até 2 horas e, às 12h11min, suspende a reunião. Às 13h15min, a reunião é reaberta com a presença dos deputados João Vítor Xavier, Ulysses Gomes, Cássio Soares, Roberto Andrade, Repórter Rafael Martins, Cristiano Silveira, Sargento Rodrigues, Zé Guilherme e Guilherme da Cunha. Dando continuidade à 1ª Fase da 3ª Parte da reunião, a presidência convida a tomar assento à mesa a Sra.

Virgínia Cornélio da Silva, ex-assessora-chefe de Comunicação Social da Secretaria de Estado de Saúde, acompanhada de sua advogada, Dra. Carolina Almeida de Paula Freitas. A presidência concede a palavra à convocada, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos deputados membros da comissão, para que façam seus questionamentos. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. Presentes os deputados João Vítor Xavier, Cássio Soares, Ulysses Gomes, Repórter Rafael Martins e Zé Reis. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 8.616/2021, dos deputados João Vítor Xavier e Cássio Soares, em que requerem sejam requisitadas à Secretaria de Estado de Saúde informações, a serem prestadas no prazo de cinco dias úteis, sobre os servidores do nível central da SES, da SRS BH e da Fhemig que receberam a vacina contra a covid-19 antes de 17/2/2021 – data da assinatura do Memorando-Circular nº 7/2021/SES/SUBVS, consubstanciadas em lista em que constem os nomes dos servidores, a respectiva matrícula ou outro identificador, idade, local de trabalho, modalidade de trabalho, se presencial ou teletrabalho, ainda que parcial, suas funções, local e data de recebimento das doses e a justificativa para a vacinação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2021.

João Vítor Xavier, presidente – Ulysses Gomes – Hely Tarquínio – Noraldino Júnior – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/5/2021

Às 14h14min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados João Magalhães e Duarte Bechir, membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Andréia de Jesus. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos sociais e ambientais, decorrentes da construção do Rodoanel, na vida das famílias que moram na Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como se o Estado já possui algum planejamento de ação em prol de um programa social destinado a essas famílias. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação (4/3/2021); e dos Srs. Euclides Bandeira de Souza Neto, diretor-geral substituto do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (26/1/2021); Igor Eto, secretário de Estado de Governo (16/4/2021); e Marcelo Magalhães Rosa Isoni, diretor-presidente da MGS, encaminhando relatório de resultados elaborado pelo Conselho de Administração dessa empresa acerca da execução do plano de negócios referente ao exercício de 2019 e da estratégia de longo prazo – 2019-2023 (12/11/2020). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.463/2015, no 1º turno (Beatriz Cerqueira), 593 e 1.138/2019, ambos no 1º turno (Duarte Bechir), 863/2019, no 2º turno, e 1.948/2015, no 1º turno (João Magalhães), e 787/2019, no 1º turno (Raul Belém). A presidência informa que não será possível apreciar a matéria constante na pauta por falta de quorum. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra e agradece a presença remota das Sras. Moara Correa Saboia, vereadora da Câmara Municipal de Contagem; Bárbara Lúcia Pinheiro de Oliveira França, representante do Grupo Observatório das Metrôpoles RMBH e Escola de Arquitetura da UFMG; Adriana Cristina Fabiano de Souza, integrante do Movimento SOS Vargem das Flores; Duda Salabert, vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e dos Srs. Joaquim Rodrigues da Silva, integrante do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Betim e da Associação de Proteção das Águas de Vargem das Flores; Marcelo Azevedo Maffra, promotor de justiça e coordenador regional de Meio Ambiente; José Geraldo Martins, integrante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; Frei Gilvander Luis Moreira, coordenador da Comissão Pastoral da

Terra de Minas Gerais – CPT-MG; José Luiz Rodrigues, integrante da Articulação dos Movimentos Sociais de Betim e do Movimento Negro Unificado e da Frente Brasil Popular em Betim; Padre João, deputado federal; Euler de Carvalho Cruz, representante do Fórum Permanente de Defesa do São Francisco; Henrique Lazarotti de Oliveira, atingido pelo Rodoanel; Carlos Eduardo Ferreira Pinto, promotor de justiça, coordenador do Caoma do Ministério Público de Minas Gerais; e Rogério Correia, deputado federal. A presidência concede a palavra à deputada Beatriz Cerqueira, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2021.

Roberto Andrade, presidente – Beatriz Cerqueira – Raul Belém.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.469/2020

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do deputado Doorgal Andrada, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Fomento Artístico e Cultural Mundo Cênico, com sede no Município de Perdões.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação de Fomento Artístico e Cultural Mundo Cênico, com sede no Município de Perdões, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção dos direitos culturais.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, a produção de espetáculos culturais e a promoção de eventos para capacitação e encontro de integrantes de grupos artísticos e culturais. Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela entidade em prol do fortalecimento da cultura de Perdões, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.469/2020, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2021.

Mauro Tramonte, relator.

 **MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a Santa Casa de Belo Horizonte pelo recebimento do prêmio do Instituto Doar como uma das 100 Melhores ONGs do Brasil (Requerimento nº 7.134/2020, do deputado Mauro Tramonte);

de congratulações com a Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais pelos 70 anos de sua fundação (Requerimento nº 7.135/2020, do deputado Mauro Tramonte).

 **REQUERIMENTOS APROVADOS****REQUERIMENTOS APROVADOS**

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 2.289/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 17/7/2019, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – e à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em estudos e índices da qualidade de água disponibilizada à população de Timóteo.

Sala das Reuniões, 17 de julho de 2019.

Bartô, presidente.

REQUERIMENTO Nº 2.291/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 17/7/2019, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais e ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a área de abrangência da futura estação de tratamento de esgoto – ETE –, tanto em Timóteo como em Coronel Fabriciano, indicando as regiões e bairros que estarão sob sua cobertura.

Sala das Reuniões, 17 de julho de 2019.

Bartô, presidente.

REQUERIMENTO Nº 2.292/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 17/7/2019, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais e ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de informações consubstanciadas em um balanço de investimentos e ações realizados nos últimos 10 anos em Belo Horizonte, bem como em estudos prontos e em andamento, propostas em discussões e relação de futuros investimentos a serem realizados.

Sala das Reuniões, 17 de julho de 2019.

Bartô, presidente.

REQUERIMENTO Nº 2.817/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Cultura, atendendo a requerimento da deputada Ione Pinheiro aprovado na 19ª Reunião Ordinária, realizada em 11/9/2019, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de informações sobre a existência de ações ou de estudos para a instituição de mecanismos de salvaguarda da escultura do Juquinha, situada no Km 117 da Rodovia MG-010, no Município de Santana do Riacho, que integra a Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira, na qual se insere o Parque Nacional da Serra do Cipó.

Sala das Reuniões, 11 de setembro de 2019.

Bosco, presidente.

REQUERIMENTO Nº 2.889/2019*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX c/c art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública em Belo Horizonte pedido de informações sobre a quantidade de agentes penitenciários atuando no presídio de Machado, o número de detentos e se existe alguma previsão de contratação de novos profissionais para atuarem no local.

Sala das Reuniões, 5 de setembro de 2019.

Delegada Sheila (PSL)

Justificação: O presídio de Machado, no interior de Minas Gerais, está passando por dificuldades com o baixo número de agentes penitenciários. Para o funcionamento ideal, seria necessário que mais profissionais trabalhassem no local. Sendo assim, solicito o apoio dos Nobres Colegas para aprovação e encaminhamento do presente pedido de informação para que a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública envie informações provenientes do presídio em questão, tais como a quantidade de agentes penitenciários atuando no presídio de Machado, o número de detentos e se existe alguma previsão de contratação de novos profissionais para atuarem no local.

* – Publicado na forma aprovada e 6/5/2021, com a Emenda nº 1.

REQUERIMENTO Nº 3.729/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Fiscalização Financeira, atendendo a requerimento do deputado Hely Tarquínio aprovado na 24ª Reunião Ordinária, realizada em 6/11/2019, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de

Planejamento pedido de informações sobre o modelo administrativo que será adotado no Hospital Regional Antônio Dias, em Patos de Minas, especificando-se se os servidores serão os que trabalham atualmente na instituição, se serão servidores públicos ou privados, quais alterações e impactos eles sofrerão e como será o contrato de gestão do referido hospital.

Sala das Reuniões, 6 de novembro de 2019.

Hely Tarquínio, presidente.

REQUERIMENTO Nº 3.849/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 5/2019, apresentada por Alan Oliveira dos Santos, do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de informações sobre o planejamento das ações da empresa para a recomposição de seus quadros, notadamente no que se refere aos classificados no último concurso público, tendo em vista a atual situação fiscal do Estado.

Sala das Reuniões, 19 de novembro de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 3.936/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 16/2019, apresentada por Adimilson Alcantara Gonçalves, da Prefeitura Municipal de Araçuaí, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – e da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor – pedido de informações sobre a execução do Programa Pró-Mananciais por essas duas empresas, em que sejam detalhados os municípios onde está sendo realizado, as atividades desenvolvidas por meio dele e os critérios para identificação e seleção dos municípios que serão beneficiados pelo programa.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 6.287/2020*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, combinado com o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações consubstanciado em relatório do Comando do Policiamento Rodoviário do Estado contendo a cópia integral de todas as ocorrências de cumprimento de mandados de prisão realizadas pela Polícia Militar Rodoviária estadual nos últimos dois anos.

* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 6/5/2021.

REQUERIMENTO Nº 6.598/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Governadoria do Estado pedido de providências para enviar à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Projeto de Lei, visando implementar no Estado a Educação Empreendedora, tendo em vista que a iniciativa deste PL é do executivo estadual.

Sala das Reuniões, 28 de outubro de 2020.

Léo Portela, vice-líder do Bloco Democracia e Luta e presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

Justificação: Empreendedorismo e educação são duas oportunidades tão extraordinárias que precisam ser aproveitadas e interligadas se quisermos desenvolver o capital humano necessário para a construção das sociedades do futuro. Empreendedorismo é o motor que gera inovação, emprego e crescimento econômico. Só com a criação de um ambiente em que o empreendedorismo possa prosperar e os empresários possam experimentar novas ideias e capacitar outras pessoas é que poderemos garantir que muitos dos problemas do mundo não ficarão sem solução.

Este parlamentar já apresentou, em 2015, o Projeto de Lei nº 2.739/2015, tendo sido arquivado, por vício de iniciativa, sendo afirmado pela relatora da matéria na CCJ desta Casa, que a iniciativa deste PL seria exclusiva do executivo.

Neste sentido, e visando garantir a implementação da matéria, de alta relevância ao Estado, apresento o presente pedido de providências, e conto com o apoio dos nobres pares, para a aprovação do projeto de lei, tão logo o executivo o envie a esta Casa legislativa.

REQUERIMENTO Nº 7.043/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para assegurar a regulamentação da Lei nº 23.449, de 24/10/2019, que assegura às mulheres com alto risco de desenvolvimento de câncer de mama e de ovário a realização gratuita de exame genético para pesquisa de mutação em genes relacionados a essas doenças nas unidades públicas ou conveniadas integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS – e dá outras providências.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2020.

Ana Paula Siqueira (Rede).

REQUERIMENTO Nº 7.090/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Governadoria do Estado pedido de providências para que sejam disponibilizados, em caráter emergencial, recursos financeiros em favor da Associação São Vicente de Paulo (Hospital Margarida), em João Monlevade.

Sala das Reuniões, 4 de dezembro de 2020.

Tito Torres (PSDB)

Justificação: Nesta data, 4 de dezembro de 2020, ocorreu um grave acidente na Ponte Torta na BR-381, em João Monlevade. Até o momento foram relatadas 14 mortes e 26 pessoas feridas. As vítimas estão sendo encaminhadas para o Hospital Margarida, unidade hospitalar que é referência na região e que, neste momento de pandemia, já tem recebido muitos pacientes com a Covid-19 e enfrentado as dificuldades ocasionadas pelo aumento no número de atendimentos.

Neste cenário de pandemia, em que se somam as vítimas desta triste tragédia, o Hospital precisa de aportes financeiros para continuar prestando atendimento de qualidade. Por esse motivo, solicito que o Governo do Estado atenda esta reivindicação em caráter emergencial para que vidas continuem sendo salvas pelo Hospital Margarida.

Ante o exposto, este requerimento certamente merecerá a aprovação de nossos pares.

REQUERIMENTO Nº 7.594/2021*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado Bruno Engler requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os critérios utilizados na distribuição de vacinas contra a Covid-19 para o município de Nova Serrana e para os demais municípios localizados na microrregião de saúde de Pará de Minas.

* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 6/5/2021.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 5/5/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 6/5/2021, que nomeou Raquel Aparecida Santiago Mendes, padrão VL-17, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arnaldo Silva;

exonerando Allencastro Gomes Calixto, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

exonerando Flávio Eustáquio Santandréa, padrão VL-30, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leandro Genaro;

exonerando João Paulo Nardy de Moraes, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

nomeando Carlos Moacir da Silva, padrão VL-33, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leandro Genaro;

nomeando Carlos Roberto Ferreira Dias, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

nomeando Cristiane Aparecida Veraldi Escada, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arnaldo Silva;

nomeando Denilson Francisco Teixeira, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Saúde;

nomeando Fabrício Henrique de Miranda, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

nomeando Tatiana Cordeiro Scagliarini Pereira, padrão VL-49, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arnaldo Silva.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 18/2021

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 39/2021

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 24/5/2021, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de

empresa especializada na prestação de serviços de fábrica de *software*. O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 6 de maio de 2021.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 20/2021

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 43/2021

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 25/5/2021, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de aparelhos telefônicos celular *smartphone*.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 6 de maio de 2021.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 17/2021

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Terapia Intensiva Pediátrica – TIP Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica, em regime de internação hospitalar e ambulatorial aos deputados e seus dependentes regularmente inscritos. Vigência: 60 meses, a partir da data da sua assinatura, inclusive. Licitação: inexigibilidade por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729-4.239.0001.3.3.90 (10.1)

TERMO DE ADITAMENTO Nº 31/2021

Número no Siad: 9255891/2021

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: BeAudio Informática Ltda. Objeto: licenciamento de sistema de automação para emissora de rádio. Objeto do aditamento: 3ª prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: de 15/5/2021 até 14/5/2022 inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3390.10.1.



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 4/5/2021, na pág. 36, onde se lê:

“Francis Junior Dias”, leia-se:

“Francis Júnior Dias Lopes”.

E onde se lê:

“Rosaly Esther Vilas Boas Matozzo”, leia-se:

“Rosaly Esther Vilas Boas Mattozo”.

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/5/2021

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 6/5/2021, na pág. 17, sob o título “Requerimentos”, no resumo do Requerimento nº 7.801/2021, onde se lê:

“comunidade de Saudade”, leia-se:

“comunidade de Serra da Saudade”.

REQUERIMENTO Nº 7.786/2021*

* – Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, na edição de 6/5/2021, na pág. 50.